UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
DISCIPLINA: FILOSOFIA
PROFESSOR: FÁBIO DOS SANTOS

Aula 1 - Filosofia e mito

A filosofia ocidental teve seu início na Grécia antiga. A palavra "filosofia" - *philosophia* - é uma palavra de origem grega. *Philo* vem de *philia*, que tem a ver com companheirismo, amor fraterno, amizade. *Sophia* vem de *sophos*, que quer dizer sábio. Assim, em geral, quando se parte da etimologia da palavra, temos que "filosofia" é o amor ao saber, a amizade profunda à sabedoria; e o filósofo, então, é aquele que tem um apreço especial pela sabedoria. A filosofia, nesta perspectiva grega, é uma atividade que visa levar ao saber. E sua história, para a maioria dos manuais, tem como primeiro adversário o mito, que, aos olhos do filósofo, não estaria preocupado em levar ao saber, ao conhecimento, tomando aqui a palavra conhecimento como saber verdadeiro, não contraditório, que não busca causas em relações sobrenaturais, mas em relações naturais. A palavra mito também tem uma origem grega, ela vem de *mythos.* Há dois verbos que confluem para *mythos*: *mytheo,* que tem a ver com a conversação e a designação, e *mytheyo*, que tem a ver com a narração, com o contar algo para outro. O mito narra algo que é inquestionável para quem está inserido fielmente na atividade de ouvi-lo. Ele tem a função de dizer algo que tal pessoa acredita sem que venha pensar muito de modo a colocá-lo em dúvida. Seu papel é de informar e dar sentido à existência de quem crê nele, mas, principalmente, o de socializar as pessoas e criar uma comunidade que forma o "nós", os que se organizam socialmente da mesma forma, exatamente porque, entre o que possuem de comum, o mito é não só alguma coisa forte, mas é exatamente a narrativa (única) que diz o que é comum para este "nós".

Cosmogonia e cosmologia

As *cosmogonias* são de certa forma, narrativas sobre as origens do mundo. Em geral elas estão presentes nos mitos, isto quando não são a sua essência. Falam de união sexual entre deuses, que geram o mundo, ou união sexual entre deuses e humanos, que em geral criam situações complexas e dão o enredo a uma história que explica divisões, guerras, ciúmes, paixões, disputas sobre a justiça, etc. As cosmologias já estão mais para o campo do pensamento filosófico do que para o pensamento mitológico. Para vários autores da história da filosofia, elas são a origem do pensamento filosófico, e outros, mais propensos a verem continuidade do que rupturas na história do pensamento tendem a ver as cosmologias como o início do pensamento científico. As cosmologias são teorias a respeito da natureza do mundo. As cosmogonias são genealogias, diferentemente, as cosmologias são conhecimento a respeito de elementos primordiais, mas naturais. O pensamento cosmológico remete à phýsis, a palavra grega que tem a ver com o que é eterno e de onde tudo surge, nasce, brota. Trata-se de um elemento imperecível, que gera todos os outros elementos naturais, que são perecíveis.

Filosofia – definição.

É difícil dar-se uma definição genérica de filosofia, já que esta varia não só quanto a cada filósofo ou corrente filosófica, mas também em relação a cada período histórico. Atribui-se a Pitágoras a distinção entre a *sophia*, o saber, e a *philosophia*, que seria a "amizade ao saber", a busca do saber. Com isso se estabeleceu, já desde sua origem, uma diferença de natureza entre a ciência, enquanto saber específico, conhecimento sobre um domínio do real, e a filosofia que teria um caráter mais geral, mais abstrato, mais reflexivo, no sentido da busca dos princípios que tornam possível o próprio saber. No entanto, no desenvolvimento da tradição filosófica, o termo "filosofia" foi freqüente-mente usado para designar a totalidade do saber, a ciência em geral, sendo a metafísica a ciência dos primeiros princípios, estabelecendo os fundamentos dos demais saberes. O período medieval foi marcado pelas sucessivas tentativas de conciliação entre razão e fé, entre a filosofia e os dogmas da religião revelada, passando a filosofia a ser considerada *ancilla theologiae*, a serva da teologia, na medida em que fornecia as bases racionais e argumentativas para a construção de um sistema teológico, sem, contudo, poder questionar a própria fé. O pensamento moderno recupera o sentido da filosofia como investigação dos primeiros princípios, tendo, portanto, um papel de fundamento da ciência e de justificação da ação humana. A filosofia crítica, principal-mente a partir do Iluminismo, vai atribuir à filosofia exatamente esse papel de investigação de pressupostos, de consciência de limites, de crítica da ciência e da cultura. Pode-se supor que essa concepção, mais contemporânea, tem raízes no ceticismo, que, ao duvidar da possibilidade da ciência e do conhecimento, atribuiu à filosofia um papel quase que exclusivamente questionados. Na filosofia contemporânea, encontramos assim, ainda que em diferentes correntes e perspectivas, um sentido de filosofia como investigação crítica, situando-se, portanto, em um nível essencialmente distinto do da ciência, embora intimamente relacionado a esta, já que descobertas científicas muitas vezes suscitam questões e reflexões filosóficas e freqüentemente problematizam teorias científicas. Essa relação reflexiva entre a filosofia e os outros campos do saber fica clara, sobretudo, nas chamadas "filosofia de": filosofia da ciência, filosofia da arte, filosofia da história, filosofia da educação, filosofia da matemática, filosofia do direito etc.

Mito (gr. mythos: narrativa, lenda)

1. Narrativa lendária, pertencente à tradição cultural de um povo, que explica através do apelo ao sobrenatural, ao divino e ao misterioso, a origem do universo, o

funcionamento da natureza e a origem e os valores básicos do próprio povo. Ex.: o mito de Ísis e Osíris, o mito de Prometeu etc. O surgimento do pensamento filosófico-científico na Grécia antiga (séc.Vl a.C.) é visto como uma ruptura com o pensamento mítico, já que a realidade passa a ser explicada a partir da consideração da natureza pela própria, a qual pode ser conhecida racionalmente pelo homem, podendo essa explicação ser objeto de crítica e reformulação; daí a oposição tradicional entre mito e logos. 2. Por extensão, crença não-justificada, comumente aceita e que, no entanto, pode e deve ser questionada do ponto de vista filosófico. Ex.: o mito da neutralidade científica, o mito do bom selvagem, o mito da superioridade da raça branca etc. A critica ao mito, nesse sentido_ produziria uma desmistificação dessas crenças. 3. Discurso alegórico que visa transmitir uma doutrina através de uma representação simbólica. Ex.: o mito ou alegoria da caverna e o mito do Sol, na República de Platão.

Aula 2 – Os pré-socráticos

Os pensadores pré-socráticos viveram no "mundo grego", mas nem todos antes de Sócrates. Alguns sim, outros não. Eles viveram entre o século sete e o meio do século quarto A.C. Sócrates nasceu em 470 e morreu em 399 A.C. (todas as datas, antes de Cristo, são, na sua maioria, estimativas). Uma boa parte desses pensadores foram, antes de tudo, cosmólogos. E vários deles trabalharam em um sentido reducionista, isto é, tentaram encontrar uma substância única, ou força exclusiva, ou princípio básico capaz de ser apresentado como o elemento efetivamente real e primordial do cosmos. A filosofia dos Pré-socráticos (Filósofos da Natureza) voltava o seu pensamento para a origem (racional) do mundo, do cosmos. Ou seja, estes filósofos dedicavam-se às investigações cosmológicas, buscando a ***arché*** (o princípio fundamental de todas as coisas). De seus escritos quase tudo se perdeu, restando apenas poucos fragmentos. Cosmologia: estudo, teoria ou descrição dos cosmos, do universo.

Alguns filósofos

Tales de Mileto (640-548 a.C.) – É considerado *“o pai da filosofia grega*”. Para ele *a* ***água*** seria o elemento primordial (*a arché*) de tudo o que existe. Atribui-se a Tales a demonstração do primeiro teorema de geometria (embora o estudo sistemático desta ciência tenha realmente começado na escola de Pitágoras, no séc. VI a.C.).

Anaximandro de Mileto (610-547 a.C.) – O princípio gerador de todas as coisas, segundo Anaximandro, seria ***o apeiron*** (ilimitado / indeterminado / que não tem limite / infinito). A ordem do mundo surgiu do caos em virtude deste princípio. Assim, o *apeiron* seria o princípio original de todos os seres, tanto de seu aparecimento quanto de sua dissolução.

Anaxímenes de Mileto (588-524 a.C.) – Segundo este pensador, o elemento gerador de tudo é ***o ar***. Através da rarefação e da condensação, o ar forma tudo o que existe. *“Da mesma maneira que a nossa alma, que é ar, nos mantém vivos, também o sopro e o ar mantém o mundo inteiro”*.

Heráclito de Éfeso (séc. VI-V a.C.) - É conhecido como o filósofo do devir, da mudança. De acordo com Heráclito, o logos (razão/inteligência /discurso / pensamento) governa todas as coisas, e está associado ao ***fogo***, gerador do processo cósmico. Tudo está em incessante transformação: *“panta rei”* (tudo flui). As coisas estão, pois, em constante movimento, nada permanece o mesmo (“não nos banhamos duas vezes no mesmo rio”). Todavia, não se deve deduzir dessa afirmação que Heráclito defendeu uma teoria da mudança contínua desregrada. Ao contrário, ele entendia que havia uma lógica - o *logos* - governando tal mudança contínua.

Parmênides de Eléia (544-524 a.C.) – Para Parmênides, o ***ser é uno, imóvel, eterno, imutável***. Desse modo, o devir, a mudança, seria ilusão e simples aparência; o movimento é, assim, engano dos nossos sentidos. *“O ser é, o não-ser não é*”. Ou seja: o ser imutável, eterno, permanente das coisas, é o único que existe, enquanto o não-ser, que seria a mudança, não existe.

Pré-socráticos - Definição

Termo que designa, na história da filosofia, os primeiros filósofos gregos anteriores a Sócrates, também denominados fisiólogos por se ocuparem com o conhecimento do mundo natural (physis). Tales de Mileto (640-c. 548 a.C.) é considerado, já por Aristóteles, como o "primeiro filósofo", devido à sua busca de um primeiro princípio natural que explicasse a origem de todas as coisas. Tales é tido como fundador da escola jônica, que inclui seu discípulo Anaximandro. As principais escolas filosóficas pré-socráticas, além da escola jônica, são: a atomista, incluindo Leucipo (450-420 a.C.) e Demócrito (c.460-c. 370 a.C.); a pitagórica, fundada por Pitágoras de Samos (século VI a.C.); a Eleata, de Xenófanes (século VI a.C.) e Parmênides (c.510 a.C.) e seu discípulo Zenão; a mobilista, de Heráclito (c.480 a.C.). Com Sócrates e os sofistas, a filosofia grega toma novo rumo, sendo que a preocupação cosmológica deixa de ser predominante, dando Lugar a uma preocupação maior com a experiência humana, o domínio dos valores e o problema do conhecimento. Ver jônica, escola; atomismo; pitagorismo; eleatas; mobilismo; sofista.

Aula 3 – Sócrates e os sofistas

Sócrates (c.470-399 a.C.)

A vida de Sócrates nos é contada por Xenofonte (em suas Memorabilia) e por Platão, que faz dele o personagem central de seus diálogos, sobretudo Apologia de Sócrates e Fédon. Ele nasceu em Atenas. Sua mãe era parteira, seu pai escultor. Recebeu uma educação tradicional: aprendizagem da leitura e da escrita a partir da obra de Homero. Conhecedor das doutrinas filosóficas anteriores e contemporâneas (Parmênides, Zenão, Heráclito), participou do movimento de renovação da cultura empreendido pelos sofistas, mas se revelou um inimigo destes. Consolidador da filosofia, nada deixou escrito. Participou ativamente da vida da cidade, dominada pela desordem intelectual e social, submetida à demagogia dos que sabiam falar bem. Convidado a fazer parte do Conselho dos 500, manifestou sua liberdade de espírito combatendo as medidas que julgava injustas. Permaneceu independente em relação às lutas travadas entre os partidários da democracia e da aristocracia. Acreditando obedecer a uma voz interior, realizou uma tarefa de educa-dor público e gratuito. Colocou os homens em face da seguinte evidência oculta: as opiniões não são verdades, pois não resistem ao diálogo critico. São contraditórias. Acreditamos saber, mas precisamos descobrir que não sabemos. A verdade, escondida em cada um de nós, só é visível aos olhos da razão.

Acusado de introduzir novos deuses em Atenas e de corromper a juventude, foi condenado pela cidade. Irritou seus juízes com sua mordaz ironia. Morreu tomando cicuta. E conhecido seu famoso método, sua arte de interrogar, sua "maiêutica", que consiste em forçar o interlocutor a desenvolver seu pensamento sobre uma questão que ele pensa conhecer, para conduzi-lo, de conseqüência em conseqüência, a contradizer-se, e, portanto, a confessar que nada sabe. As etapas do saber são: a) ignorar sua ignorância; b) conhecer sua ignorância; c) ignorar seu saber; d) conhecer seu saber. Sua famosa expressão "conhece-te a ti mesmo" não é uma investigação psicológica, mas um método de se adquirir a ciência dos valores que o homem traz em si. "O homem mais justo de seu tempo", diz Platão, foi conde-nado à morte sob a acusação de impiedade e de corrupção da juventude.

Seria sua morte o fracasso da filosofia diante da violência dos homens? Ou não indicaria ela que o filósofo é um servidor da razão, e não da violência, acreditando mais na força das idéias do que na força das armas?

Maiêutica (do gr. maieutiké: arte do parto)

1. No Teeteto, Platão mostra Sócrates definindo sua tarefa filosófica por analogia à de urna parteira (profissão de sua mãe), sendo que, ao invés de dar à luz crianças, o filósofo dá à luz idéias. O filósofo deveria, portanto, segundo Sócrates, provocar nos indivíduos o desenvolvimento de seu pensamento de modo que estes viessem a superar sua própria ignorância, mas através da descoberta, por si próprios, com o auxílio do "parteiro", da verdade que trazem em si.

2. Enquanto método filosófico, praticado por Sócrates, a maiêutica consiste em um procedimento dialético no qual Sócrates, partindo das opiniões que seu interlocutor tem sobre algo, procura fazê-lo cair em contradição ao defender seus pontos de vista, vindo assim a reconhecer sua ignorância acerca daquilo que julgava saber. A partir do reconhecimento da ignorância, trata-se então de descobrir, pela razão, a verdade que temos em nós. Ver dialética; reminiscência: método.

3. 0 modelo pedagógico conhecido como "socrático" inspira-se na maiêutica como forma de ensinar os indivíduos a descobrirem as coisas por eles mesmos.

Ironia (lat. ironia, do gr. eironeia: dissimulação)

Recurso de expressão que parece indicar o oposto do que se pensa sobre algo. Ex.: elogia-se quando se quer depreciar, chama-se de "grande" algo obviamente pequeno etc. A ironia como forma de argumentação é utilizada por Sócrates para revelar a seu interlocutor sua própria ignorância, relacionando-se, portanto, à maiêutica. "Na ironia, o homem anula. na unidade de um mesmo ato, aquilo que coloca, faz crer para não ser acreditado, afirma para negar e nega para afirmar" (Sartre).

Metafísica – definições

1. O termo "metafísica" origina-se do título dado por Andronico de Rodes, principal organizador da obra de Aristóteles, por volta do ano 50 a.C., a um conjunto de textos aristotélicos — ta meta ta physikd — que se seguiam ao tratado da fisica, significando literalmente "após a física", e passando a significar depois, devido a sua temática, "aquilo que está além da física, que a transcende".

2. Na tradição clássica e escolástica, a meta-física é a parte mais central da filosofia, a ontologia geral, o tratado cio ser enquanto ser. A metafísica define-se assim como filosofia primeira, como ponto de partida do sistema filosófico, tratando daquilo que é pressuposto por todas as outras partes do sistema, na medida em que examina os princípios e causas primeiras, e que se constitui como doutrina do ser em geral, e não de suas determinações particulares; inclui ainda a doutrina do Ser Divino ou do Ser Supremo.

3. Na tradição escolástica, especificamente, temos uma distinção entre a metafísica geral, a ontologia propriamente dita, que examina o conceito geral de ser e a realidade em seu sentido transcendente: e a metafísica especial, que trata de domínios específicos do real e que se subdivide, por sua vez, em cosmologia, ou filosofia natural — o tratado do mundo e da essência da realidade material; psicologia racional, ou tratado da alma, de sua natureza e propriedades; e teologia racional ou natural, que trata do conhecimento de Deus e das provas de sua existência através da razão humana (e não apenas pelo apelo à fé).

4. No pensamento moderno, a metafísica perde. em grande parte, seu lugar central no sistema filosófico, uma vez que as questões sobre o conhecimento passam a ser tratadas como logicamente anteriores à questão do ser, ao problema ontológico. A problemática da consciência e da subjetividade torna-se assim mais fundamental. No desenvolvimento desse pensamento, sobretudo com Kant, a filosofia crítica irá impor limites às pretensões de conhecimento da metafísica, considerando que devemos distinguir o domínio da razão, que produz conhecimento, que possui objetos da experiência, que constitui a ciência, portanto, do domínio da razão especulativa, em que esta se põe questões que, em última análise, não pode solucionar, embora essas questões sejam inevitáveis. Teríamos, portanto, a metafísica. Kant vê solução para as pretensões da metafísica apenas no campo da razão prática. Isto é, não do conhecimento, mas da ação, da moral. "A metafísica, conhecimento especulativo da razão isolada e que se eleva completamente para além dos ensinamentos da experiência através de simples conceitos... (Kant). "Por metafísica entendo toda pretensão a conhecimento que busque ultrapassar o campo da experiência possível, e, por conseguinte, a natureza, ou a aparência das coisas tal como nos é dada, para nos fornecer aberturas àquilo pelo qual esta é condicionada; ou para falar de forma mais popular, sobre aquilo que se oculta por trás da natureza, e a torna possível... “A diferença (entre a física e a metafísica) repousa, grosso modo, sobre a distinção kantiana entre fenômeno e coisa-em-si” (Schopenhauer). Metafísica Obra de Aristóteles, na verdade reunião de 12 tratados editados por Andrônico de Rodes, que lhes atribui este título e acabou por denominar uma das áreas mais centrais da filosofia. Nestes tratados, Aristóteles discute o problema do conhecimento e a noção de filosofia, introduzindo e conceituando algumas das noções mais centrais da filosofia como substância, essência e acidente, necessidade e contingência, verdade etc. Teve grande in-fluência no desenvolvimento da tradição filosófica, sobretudo a partir do séc.XII1, quando a obra de Aristóteles é reintroduzida no Ocidente. Foram inúmeros os comentários a esta obra, tanto na tradição do helenismo quanto entre os árabes e os escolásticos medievais.

Sofista (lat. sophista, do gr. sophistes)

Na Grécia clássica, os sofistas foram os mestres da retórica e oratória, professores itinerantes que ensinavam sua arte aos cidadãos interessados em dominar melhor a técnica do discurso, instrumento político fundamental para os debates e discussões públicas, já que na pólis grega as decisões políticas eram tomadas nas assembléias. Contemporâneos de Sócrates, Platão e Aristóteles, foram combatidos por esses filósofos, que condenavam o relativismo dos sofistas e sua defesa da idéia de que a verdade é resultado da persuasão e do consenso entre os homens. A metafísica se constitui assim, nesse momento, em grande parte em oposição à sofística. Devido a isso e ao triunfo da metafísica na tradição filosófica, ficou-nos uma imagem negativa dos sofistas como "produtores do falso" (segundo Platão em O sofista), manipuladores de opiniões, criadores de ilusões. Estudos mais recentes, entretanto, buscam revalorizar de forma mais isenta o pensamento dos sofistas, mostrando que seu relativismo baseava-se em uma doutrina da natureza humana e de sua relação com o real, bem como indicando a importância da contribuição dos sofistas para os estudos de gramática, retórica e oratória, para o conhecimento da língua grega e para o desenvolvimento de teorias do discurso. Não se pode falar, contudo em uma doutrina única, comum a todos os sofistas, mas apenas em certos pontos de contato entre várias concepções bastante heterogêneas.

Dentre os principais sofistas destacaram-se Górgias, Protágoras e Hípias de Elida. Das principais obras dos sofistas só chegaram até nós fragmentos, muitas vezes citados através de seus adversários, como Platão.

Protágoras (séc. V a.C.)

O grego Protágoras (nascido em Abdera) é um dos filósofos sofistas preocupado não com as cosmogonias e os sistemas, mas com a introdução de certo "humanismo" na filosofia. Ele prega uma espécie de relativismo ou de subjetivismo. De sua obra, ficou apenas uma frase: "O homem é a medida de todas as coisas, do ser daquilo que é, do não-ser daquilo que não é". Quer dizer: todo conhecimento depende do indivíduo que conhece; o vento só é frio para mim e no momento em que sinto frio; as qualidades do mundo variam com os indivíduos e no mesmo indivíduo; o aspecto do mundo não é sempre o mesmo; não há verdade nem erro: valem apenas as

representações que são proveitosas e salutares. Temos aí uma espécie de "pragmatismo" humanista.

Sofística (do lat. sophisticus, do gr. sophistike)

Denominação genérica do conjunto de doutrinas de filósofos contemporâneos de Sócrates e Platão, conhecidos como sofistas. A sofística se caracteriza pela preocupação com questões práticas e concretas da vida da cidade, pelo relativismo em relação à moral e ao conhecimento, pelo antropocentrismo, pela valorização da retórica e da oratória como instrumentos da persuasão que caracterizava a função do sofista, e, em conseqüência, pelo conhecimento da linguagem e domínio do discurso, essenciais para o desenvolvimento da argumentação sofística. A sofistica não chegou a constituir propriamente uma escola, porém o termo é utilizado, freqüentemente com sentido negativo, sobretudo para designar o contraste entre o racionalismo teórico e especulativo da filosofia de Sócrates, Platão e Aristóteles, com a atitude pragmática e antimetafísica dos sofistas.

Aula 4 – Platão e o mundo do outro

Platão (c.427-348 ou 347 a.C.)

Filósofo grego, discípulo de Sócrates, Platão deixou Atenas depois da condenação e morte de seu mestre (399 a.C.) Peregrinou doze anos. Conheceu, entre outros, os pitagóricos. Retornou a Atenas em 387 a.C, com 40 anos, procurando reabilitar Sócrates, de quem guardava a memória e o ensinamento. Retomou a teoria de seu mestre sobre a "idéia", e deu-lhe um sentido novo: a idéia é mais do que um conhecimento verdadeiro: ela é o ser mesmo, a realidade verdadeira, absoluta e eterna, existindo fora e além de nós, cujos objetos visíveis são apenas reflexos. A doutrina central de Platão é a distinção de dois mundos: o mundo visível, sensível ou mundo dos reflexos, e o mundo invisível, inteligível ou mundo das idéias. A essa concepção dos dois mundos se ligam as outras partes de seu sistema: a) o método é a dialética, consistindo em que o espírito se eleve do mundo sensível ao mundo verdadeiro, o mundo inteligível, o mundo das idéias; ele se eleva por etapas, passando das simples aparências aos objetos, em seguida dos objetos às idéias abstratas e, enfim, dessas idéias as idéias verdadeiras que são seres reais que existem fora de nosso espírito; b) a teoria da reminiscência: vivemos no mundo das idéias antes de nossa encarnação" em nosso corpo atual e contemplamos face a face às idéias em sua pureza; dessa visão, guardamos uma mudança confusa; nós a reencontramos, pelo trabalho da inteligência, a partir dos dados sensíveis, por "reminiscência"; c) a doutrina da imortalidade da alma, demonstrada no Fédon. Das obras de Platão, as mais importantes são: Apologia de Sócrates (trata-se do discurso que Sócrates poderia ter pronunciado diante de seus juízes; descreve seu itinerário, seu método e sua ação); Hippias Maior (o que é o belo?); Eutifron (o que é a piedade?); Menon (o que é a virtude? Pode ser ensinada? São os diálogos constituindo o exemplo perfeito da maiêutica; são aporéticos: a questão colocada não é resolvida, o leitor é convidado a prosseguir a pesquisa após ter purificado seu falso saber); Teeteto (o que é a ciência? Expõe e faz a crítica da tese que faz derivar a ciência da sensação e que afirma ser o homem a medida de todas as coisas); Fédon (sobre a imortalidade da alma; diálogo que relata os últimos dias de Sócrates e trata da atitude do filósofo diante da morte); Crátilo (quais as relações entre as coisas e os nomes que lhes são dados? Há denominações naturais ou elas dependem todas da convenção?); O banquete (do amor das belas coisas ao amor do belo em si. Papel pedagógico do amor); Górgias (sobre a retórica; estuda a forma particular de violência que pode ser exercida pelo domínio da retórica e opõe a sofística à filosofia); A república (da justiça; definição do homem justo a partir do estudo da cidade justa; a cidade ideal, papel da educação, lugar do filósofo na cidade; como o regime ideal é levado a degenerar-se). Na República, no Político e nas Leis, Platão enuncia as condições da cidade harmoniosa, governada pelo filósofo rei, personalidade que governa com autoridade, mas com abnegação de si, com os olhos fixos na idéia do bem. A virtude suprema consiste no "desapego" do mundo sensível e dos bens exteriores a fim de orientar-se para a contemplação das idéias, notadamente da idéia do bem, e realizar esse ideal de perfeição que é o bem. Abaixo dessa virtude quase divina situa-se a virtude propriamente humana: a justiça, que consiste na harmonia interior da alma. Outros livros ou diálogos: Críton, Fedro, Parmênides, Timeu e Filebo. Toda a doutrina de Platão pode ser interpretada como uma crítica em relação ao dado sensível, social ou político, e com uma exortação a transformá-lo se inspirando nas idéias, cuja ação (cognitiva, moral e política) deve reproduzir, o mais fielmente possível, a ordem perfeita no mundo do futuro. Para realizar seu "projeto" filosófico, Platão funda a Academia, assim chamada por situar-se nos jardins do herói ateniense Academos.

Mundo sensível: realidade material, constituída pelos objetos da percepção sensorial; mundo da experiência. Especialmente em Platão, o mundo sensível opõe-se ao mundo inteligível, do qual é cópia.

Mundo inteligível: mundo das idéias ou formas, em Platão entendido como tendo uma realidade autônoma, tanto em relação ao mundo sensível, do qual constitui o modelo perfeito, quanto ao pensamento humano, que, no entanto o atinge pela dialética.

Alegoria da Caverna

No livro VII da República, Platão narra uma história que se tornou célebre com o nome de mito ou alegoria da caverna. Seu objetivo é fazer compreender a diferença entre o conhecimento grosseiro, que vem de nossos sentidos e de nossas opiniões (doxa), e o conhecimento verdadeiro, ou seja, aquele que sabe apreender, sob a aparência das coisas, a idéia das coisas. Numa caverna, cuja entrada é aberta à luz, encontram-se alguns homens acorrentados desde sua infância, com os olhos voltados para o fundo, não podendo locomover-se nem virar as cabeças. Um fogo brilha no exterior, iluminando toda a caverna. Entre o fogo e a caverna passa uma estrada, ladeada por um muro da altura de um homem. Na estrada, por detrás do muro, vários homens passam conversando e levando nas cabeças figuras de homens e de animais, projetadas no fundo da caverna. Assim, tudo o que os acorrentados conhecem do mundo são sombras de objetos fabricados. Mas como não sabem o que se passa atrás deles, tomam essas sombras por seres vivos que se movem e falam, mostrando serem homens que não atingiram o conhecimento verdadeiro. Platão descreve o processo dialético através do qual o prisioneiro se liberta e, lutando contra o hábito que tornava mais cômoda sua situação de prisioneiro, sai em busca do conhecimento da verdade, passando por diversos e sucessivos graus de conversão de sua alma, até chegar à visão da idéia de hem. Uma vez alcançado esse conhecimento, o prisioneiro, agora transformado em sábio, deve retornar à caverna para ensinar o caminho aos outros prisioneiros, arriscando-se, inclusive, a ser rejeitado por eles.

Platonismo – definições

1. Denominação da filosofia de Platão e de seus seguidores, ou de qualquer pensamento filosófico influenciado por Platão. Foi imensa a influência de Platão na formação da tradição filosófica ocidental, sendo que Whitehead chegou mesmo a afirmar que toda a filosofia ocidental não passa de um conjunto de notas de pé de página à obra de Platão.

2. Historicamente, o platonismo desenvolveu-se juntamente com a Academia fundada por Platão em 338 a.C., existindo até o ano 529 da era cristã, quando o imperador romano Justiniano, em Constantinopla, ordenou o fechamento das escolas filosóficas pagãs. O pensamento da Academia, entretanto, passa por períodos distintos, não se limitando a uma simples preservação, comentário e difusão do pensamento de Platão, mas interpretando-o de diferentes maneiras, incluindo uma fase cética. O platonismo não se restringe, contudo, apenas à doutrina transmitida pela Academia. Sua importância durante o helenismo é muito grande, dando origem ao neoplatonismo. Também o desenvolvimento da filosofia cristã com a escola de Alexandria, a escola de Capadócia e o pensamento de Santo Agostinho são diretamente influenciados pelo platonismo. Durante todo o período medieval, até pratica-mente o século XII, quando a obra de Aristóteles torna-se mais conhecida no Ocidente, o platonismo foi a filosofia predominante, devido basicamente à influência do pensamento de Santo Agostinho. Por sua vez, o fechamento da Academia em 529 acarretou a emigração dos filósofos platônicos para o Oriente, sobretudo para a Pérsia, fazendo com que o platonismo tivesse também posteriormente grande importância na formação do pensamento árabe. Embora perca, em parte, sua influência a partir do séc.XIII, devido ascensão do aristotelismo, o platonismo ressurge durante o Renascimento. Mesmo no pensamento moderno e contemporâneo, muitas das questões tratadas nos diálogos de Platão continuam a ser discutidas, e esses diálogos continuam a ser estudados e comentados.

3. 0 platonismo, no entanto, não está ligado apenas à obra e ao pensamento de Platão, mas, em linhas gerais, caracteriza-se pelo dualismo entre corpo e alma, matéria e espírito, inteligência e sensação: pela crença em um mundo de formas ou objetos abstratos, autônomo de nosso conhecimento; pelo espiritualismo e a crença em uma doutrina da reminiscência: pelo recurso à dialética como forma de elevação do espírito para além do mundo sensível; por uma visão política que defende uma aristocracia do espírito nos moldes da República. Em muitos dos filósofos que podem ser considerados representantes do platonismo podemos encontrar, freqüentemente, uma ou algumas dessas características, embora não necessariamente todas. E nesse sentido, por exemplo, que podemos falar contemporaneamente em filosofia da matemática, no platonismo de Frege, na medida em que este considera os objetos matemáticos (tais como os números) existentes independentemente de nosso pensamento e de nosso conhecimento sobre eles.

Dialética (lat. dialectica, do gr. dialektike: discussão)

Em nossos dias, utiliza-se bastante o termo "dialética" para se dar uma aparência de racionalidade aos modos de explicação e demonstração confusos e aproximativos. Mas a tradição filosófica lhe dá significados bem precisos.

1. Em Platão, a dialética é o processo pelo qual a alma se eleva, por degraus, das aparências sensíveis às realidades inteligíveis ou idéias. Ele emprega o verbo dialeghestai em seu sentido etimológico de "dialogar", isto é, de fazer passar o logos na troca entre dois interlocutores. A dialética é um instrumento de busca da verdade, uma pedagogia científica do diálogo graças ao qual o aprendiz de filósofo, tendo conseguido dominar suas pulsões corporais e vencer a crença nos dados do mundo sensível, utiliza sistematicamente o discurso para chegar à percepção das essências, isto é, à ordem da verdade.

2. Em Aristóteles, a dialética é a dedução feita a partir de premissas apenas prováveis. Ele opõe ao silogismo científico, fundado em premissas consideradas verdadeiras e concluindo necessariamente pela "força da forma", o silogismo dialético que possui a mesma estrutura de necessidade, mas tendo apenas premissas prováveis, concluindo apenas de modo provável.

3. Em Hegel. a dialética é o movimento racional que nos permite superar uma contradição. Não é um método, mas um movimento conjunto do pensamento e do real: "Chamamos de dialética o movimento racional superior em favor do qual esses termos na aparência separados (o ser e o nada) passam espontaneamente uns nos outros, em virtude mesmo daquilo que eles são, encontrando-se eliminada a hipótese de sua separação". Para pensarmos a história, diz Hegel, importa-nos concebê-la como sucessão de momentos, cada um deles formando uma totalidade, momento que só se apresenta opondo-se ao momento que o precedeu: ele o nega manifestando suas insuficiências e seu caráter parcial; e o supera na medida em que eleva a um estágio superior, para resolvê-los_ os problemas não-resolvidos. E na medida em que afirma urna propriedade comum do pensamento e das coisas, a dialética pretende ser a chave do saber absoluto: do movimento do pensamento, poderemos deduzir o movimento do mundo: logo, o pensamento humano pode conhecer a totalidade do mundo (caráter metafísico da dialética).

4. Marx faz da dialética um método. Insiste na necessidade de considerarmos a realidade socioeconômica de determinada época como um todo articulado, atravessado por contradições específicas, entre as quais a da luta de classes. A partir dele, mas graças, sobretudo, à contribuição de Engels, a dialética se converte no método do materialismo e no processo do movimento histórico que considera a Natureza: a) como um todo coerente em que os fenômenos se condicionam reciprocamente; b) como um estado de mudança e de movimento: c) como o lugar onde o processo de crescimento das mudanças quantitativas gera, por acumulação e por saltos, mutações de ordem qualitativa: d) como a sede das contradições internas, seus fenômenos tendo um lado positivo e o outro negativo, um passado e um futuro, o que provoca a luta das tendências contrárias que gera o progresso (Marx-Engels).

<u>Aula 5 - Aristóteles (384-322 a.C.)</u>

Filósofo grego nascido em Estagïra, Macedônia. Discípulo de Platão na Academia. Preceptor de Alexandre Magno. Construiu um grande laboratório, graças à amizade com Felipe e seu filho Alexandre. Aos cinqüenta anos, funda sua própria escola, o Liceu, perto de um bosque dedicado a Apolo Lílelo. Daí o nome de seus alunos: os peripatéticos. Seus últimos anos são entremeados de lutas políticas. O partido nacional retoma o poder em Atenas. Aristóteles se exila na Eubéia, onde morre. Sua obra aborda todos os ramos do saber: lógica, física, filosofia, botânica, zoologia, metafísica etc. Seus

livros fundamentais: *Retórica, Ética a Nicômaco, Ética a Eudemo, Órganon: conjunto de tratados da lógica, Física, Política e Metafísica.* Para Aristóteles, contrariamente a Platão, que ele critica, a idéia não possui uma existência separada. Só são reais os indivíduos concretos. A idéia só existe nos seres individuais: ele a chama de "forma". Preocupado com as primeiras causas e com os primeiros princípios de tudo, dessacraliza o "ideal" platônico, realizando as idéias nas coisas. O primado é o da experiência. Os caminhos do conhecimento são os da vida. Sua teoria capital é a distinção entre potência e ato. O que leva à segunda distinção básica, entre *matéria e forma*: "a substância é a forma". Daí sua concepção de Deus corno Ato puro, Primeiro Motor do mundo, motor imóvel, Inteligência, Pensamento que ignora o mundo e só pensa a si mesmo. Quanto ao homem, é um "animal político" submetido ao Estado que, pela educação, obriga-o a realizar a vida moral, pela prática das virtudes: a vida social é uni meio, não o fim da vida moral. A felicidade suprema consiste na contemplação da realização de nossa forma essencial. A política aparece como um prolongamento da moral. A virtude não se confunde com o heroísmo, mas é uma atividade racional por excelência. O equilíbrio da conduta só se realiza na vida social: a verdadeira humanidade só é adquirida na sociabilidade.

Ato (lat. actum: fato realizado)

1. Todo exercício voluntário de poder material, ou espiritual, por parte do homem. Ex.: ato de coragem, ato de violência etc.

2. Um ser em ato é um ser plenamente realizado, por oposição a um ser em potência de devir ou em potencialidade (Aristóteles). Ex.: a planta é o ato da semente, que permanece em potência enquanto não for plantada.

3. Ato puro é o Ser que não comporta nenhuma potencialidade e que se subtrai a todo e qualquer devir: Deus.

4. Na linguagem filosófica, ato se distingue da ação: ação designa um processo que pode comportar vários atos. "Passar ao ato" é fazer algo preciso. "Passar à ação" é empreender algo mais amplo. Por sua vez, ato e ação se opõem a pensamento ou palavra: pensar e falar não podem ter efeito sobre a matéria, ao passo que agir tem um efeito. Claro que nas relações entre os homens, pensar e falar são modos de agir. Finalmente, ato se opõe a potência: o ato designa aquilo que existe efetivamente; a potência designa aquilo que pode ser ou que deve ser.

Potência (lat. potentia)

Em um sentido genérico, possibilidade, faculdade.

Na filosofia aristotélica e na escolástica, a noção de potência opõe-se à de ato, caracterizando o estado virtual do ser. "O ato é o fato de uma coisa existir na realidade, e não do modo como dizemos que existe uma potência, quando dizemos, por exemplo, que Hermes está em potência na madeira" (Aristóteles, Metafísica, IX, 1048). Há várias formas de se dizer que algo está em potência. Um fruto está em potência na semente, já que na natureza da semente há a possibilidade de esta gerar o fruto, ou seja, como um desenvolvimento natural. A estátua de Hermes está em potência no bloco de madeira, já que este contém a possibilidade de ser transformada cm uma estátua.

Aristotelismo

Tradição que se baseia no conjunto do sistema filosófico de Aristóteles e de seus discípulos, também conhecido pelo nome de "peripatetismo" porque o mestre ensinava passeando (*peripatein*: passear).

Matéria (lat. materia)

1. Substância sólida, corpórea. Substância da qual algo é feito, constituinte físico de algo. Oposto a forma, espírito.

2. Nas cosmogonias dos pré-socráticos, a matéria se constituía dos quatro elementos (água, terra, ar, fogo) primordiais, de cuja combinação resultava toda a natureza. Diferentes correntes privilegiaram um ou outro elemento como mais central, e essa visão teve forte in-fluência nas ciências da Antiguidade.

3. Em Aristóteles e na tradição escolástica, a matéria é a realidade sensível, princípio indeterminado de que o mundo físico é composto, caracterizando-se a partir de suas determinações como "matéria de" algo. Nesse sentido, a matéria é sempre relativa à forma. A matéria é o princípio da individuação, sendo que dois indivíduos da mesma espécie são diferentes entre si não quanto à sua forma, que é a mesma, mas quanto à matéria.

6. Na lógica aristotélica, a matéria de um juízo é o seu conteúdo, ou seja, os conceitos designados pelo sujeito e pelo predicado, enquanto a forma é o tipo de relação estabelecida. Ex.: os juízos "Este homem é branco" e "Este homem não é branco" são iguais do ponto de vista material, diferindo pela forma, sendo o primeiro particular afirmativo e o segundo particular negativo.

Forma (lat. forma)

Princípio que determina a matéria, fazendo dela tal coisa determinada: aquilo que, num ser, é inteligível. A matéria e a forma constituem o par central da física aristotélica. A forma é aquilo que, na coisa, é inteligível, podendo ser conhecido pela razão (objeto da ciência): a essência, o "definível”. A matéria é considerada como um substrato passivo que deve tomar forma para se tornar tal coisa. Matéria e forma só podem ser dissociadas pelo pensamento.

Lógica (lat. logica, do gr. logike, de logos: razão)

I. Em um sentido amplo, a lógica é o estudo da estrutura e dos princípios relativos à argumentação válida, sobretudo da inferência dedutiva e dos métodos de prova e demonstração, dedução; implicação.

2. Tradicionalmente, há três maneiras gerais de se conceber a lógica: a) Como ciência do real: ou seja, as categorias (como sujeito e predicado) e princípios lógicos (como a lei da identidade e a lei do terceiro excluído) refletiriam categorias e princípios ontológicos; seriam,

portanto, derivados da própria natureza e estrutura do real. Esta é essencialmente a concepção aristotélica, que predomina em grande parte no pensamento antigo e medieval, embora sobreviva em certas concepções contemporâneas como o platonismo de Frege. b) Como ciência do pensamento: ou seja, as categorias e princípios lógicos refletiriam a estrutura e o modo de operar de nosso pensamento, especificamente de nosso raciocínio dedutivo; seriam o resultado da explicitação e sistematização dessas categorias e princípios. Essa visão é característica do pensamento moderno, sendo representada principalmente pela Logique de Port-Royal (1662), de Antoine Arnauld e Pierre Nicole, inspirada no racionalismo cartesiano, e cujo subtítulo era precisamente "a arte de pensar". O intuicionismo contemporâneo, ao menos com Brouwer, mantém urna visão próxima a esta. c) Mais contemporaneamente, a lógica é vista, sobretudo, como ciência da linguagem, ou seja, como ciência das linguagens for-mais, e das categorias e princípios que utilizamos para a construção de sistemas formais, para operar com esses sistemas e para fundamentar sua validade.

A lógica formal ou aristotélica consiste em uma investigação das categorias e princípios através dos quais pensamos sobre as coisas, do ponto de vista apenas da estrutura formal desse pensamento, abstração feita de seu conteúdo. Divide-se em lógica

do conceito, ou seja, dos termos ou categorias que usamos; lógica das proposições, ou seja, do modo como formamos nossos juízos relacionando os conceitos e expressando-os em proposições; e uma lógica do raciocínio, ou do silogismo, que examina como relacionamos inferencialmente as proposições para delas extrair conclusões. O caráter formal da lógica aristotélica pode ser representado pelo uso de variáveis. Assim, da proposição "todo A é B" podemos deduzir corretamente que "algum B é A", mas não que "todo B é A", quaisquer que sejam os AA e BB a que nos referimos.

Silogismo (lat. syllogismmts, do gr. svllogismós)

Método de dedução de uma conclusão a partir de duas premissas, por implicação lógica. Para Aristóteles, considerado o primeiro formulador da teoria do silogismo, "o silogismo é um argumento em que, estabelecidas certas coisas, resulta necessariamente delas, por serem o que são, outra coisa distinta do anteriormente estabelecido" (Primeiros analíticos, I, 24). Ex.: "Todos os homens são mortais, todos os gregos são homens, logo, todos os gregos são mortais". A conclusão se obtém assim por um processo de combinação dos elementos contidos nas premissas através do termo médio (no exemplo, "homens"), que permite relacionar os outros termos (no exemplo, "gregos" e "mortais") aí contidos, formando uma nova proposição. Segundo as regras do silogismo válido, não é possível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão seja falsa. A teoria do silogismo de Aristóteles sofreu uma série de modificações e desenvolvimentos na escola aristotélica e na escolástica. No período moderno sua importância vai sendo progressivamente menor até dar lugar, no séc.XIX, à lógica matemática e aos cálculos proposicionais e dos predicados formulados inicialmente por Frege.

<u>Aula 6 – Entre a fé e a razão</u>

O cristianismo poderia ter se mantido exclusivamente no terreno da fé. Ao contrário da razão, que exige provas e demonstrações, a fé basta a si mesma. Crê-se, é o suficiente. O cristianismo, porém, não se satisfez com o credo. Entrou no terreno da filosofia. Mais do que isso, foi a forma que a filosofia assumiu por mais de um milênio. Em contrapartida, a fé cristã assimilou procedimentos racionais.

Esse encontro, marcado por tensões entre a fé e a razão, iniciou-se no Império Romano, que propiciava a mescla de diversos valores culturais, e prolongou-se por toda a Idade Média, quando a Igreja se tornaria preponderante.

Historicamente, o cristianismo origina-se das pregações de Jesus de Nazaré pela Judéia, então anexada ao Império Romano. Sua mensagem é simples: amar ao próximo, praticar a bondade e desprezar os valores deste mundo, pois a verdadeira morada do homem é o reino dos céus. Jesus se declarava filho de Deus, enviado ao mundo para redimir o homem dos pecados. Sua crucificação seria, nessa medida, o sacrifício do próprio Deus encarnado para salvar os homens.

Após a morte de Jesus (e sua ressurreição, de acordo com o Novo Testamento), essas idéias conquistaram inúmeros adeptos em várias regiões do Império. Nessa difusão – para a qual concorreu o infatigável trabalho dos apóstolos –, a mensagem de Jesus passou a se expressar em vários idiomas, como o grego e, mais tarde, o latim. O próprio termo “Cristo”, incorporado ao nome de Jesus, é de origem grega e significa “ungido”.

A filosofia, um “erro vazio”

A difusão do cristianismo trouxe, como era de esperar, um confronto entre a fé e a razão. O apóstolo Paulo (século I) é o primeiro a enfrentar essa questão. Ele estava habilitado para isso: judeu, mas cidadão romano, educou-se

num ambiente imerso na cultura helenística. Por isso, não se intimidou quando, em Atenas, viu-se diante de "filósofos epicureus e estóicos", como narra o livro Atos, do Novo Testamento: "Atenienses, tudo indica que sois de uma religiosidade sem igual. (...) Encontrei inclusive um altar com a inscrição: 'Ao deus desconhecido'. Pois bem! Justamente aqui estou para vos anunciar este Deus que adorais sem conhecer. O Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe (...)".

Mas, quando Paulo entrou no terreno cristão, os atenienses não o compreenderam. A idéia de que Deus enviara um homem para julgar o mundo, e que, como prova disso, ressuscitara esse mesmo homem entre os mortos, provocou risos. Paulo foi obrigado a retirar-se, embora o relato também afirme que ele conquistou alguns fiéis.

Outra é a atitude do apóstolo na Primeira Carta aos Coríntios. Em vez de empregar os argumentos dos adversários – como havia feito com os atenienses –, Paulo parte para o confronto direto: "Onde está o sábio? Onde está o letrado? Onde o pesquisador das coisas desse mundo? Não é verdade que Deus mudou a sabedoria do mundo em falta de bom senso? (...) Pois a loucura de Deus é mais sábia que os homens (...). Anunciamos a sabedoria de Deus, misteriosa e oculta (...)".

Por fim, quando utiliza deliberadamente a palavra "filosofia", não deixa nenhuma margem de dúvida: "Ficai atentos, para que ninguém vos arme uma cilada com a filosofia, esse erro vazio que segue a tradição dos homens e os elementos do mundo, e não segue Cristo" (Carta aos Colossenses).

As duas atitudes de Paulo – a de converter os gregos, conciliando-se com seus valores, e a de confronto – coexistem nesse período inicial do cristianismo. De modo geral, o confronto corresponde a períodos em que os cristãos sofrem violenta perseguição, enquanto a conciliação representa os momentos em que o cristianismo é tolerado. É o que fazem os padres apologistas, que, no final do século II, enviam inúmeras apologias (defesa e justificação) do cristianismo ao imperador. Argumentam com valores greco-romanos, afirmando, por exemplo, que Heráclito e Sócrates eram cristãos antes mesmo de Cristo.

Do ponto de vista teórico, ambas as atitudes são viáveis. De um lado, a idéia cristã de Deus que se fez homem e que se deixou crucificar é um escândalo não só para as religiões pagãs, mas sobretudo para a filosofia, que havia construído a noção de um deus abstrato, indiferente ao mundo, ou, no melhor dos casos, coincidente com o próprio mundo. Para a filosofia, é absurda a idéia de um deus que ama o homem e que se sacrifica por ele. Assim, o cristianismo só pode combater a filosofia.

Por outro lado, porém, a conciliação é possível. Pois o Evangelho Segundo São João não se inicia com a célebre frase: "No princípio era o Verbo"? E o que é o verbo senão o logos? Há inúmeros outros pontos em comum entre a filosofia e o cristianismo, principalmente no uso de certas palavras – ainda que fosse freqüente a adulteração de vocábulos, na tradução da Bíblia do hebraico para o grego. O esforço dos padres apologistas – muitos eram filósofos antes da conversão – dirige-se no sentido de tecer, a partir desses pontos de contato, um pensamento que acomode o cristianismo e a tradição filosófica, a fé e a razão. Ao mesmo tempo, vários filósofos também passaram a incorporar elementos bíblicos na elaboração de seu pensamento.

Mais destacado dos padres apologistas é Clemente de Alexandria (c. 150-215), que introduz uma série de termos gregos (e portanto filosóficos) na linguagem cristão. Dentre eles está a palavra *gnosis* (conhecimento), que indicaria a perfeição do cristianismo.

Mas isso logo se revelou uma faca de dois gumes: a *gnosis*, incorporada ao cristianismo, deu asas ao gnosticismo, uma seita secreta e esotérica. O gnosticismo logo ultrapassaria os limites do cristianismo, afirmando possuir o conhecimento dos mistérios divinos. A Igreja, cada vez mais institucionalizada, acabaria achando um meio de combater essas pretensões de um conhecimento superior, acima da fé.

Santo Agostinho (354-430)

Aurélio Agostinho, bispo de Hipona, nasceu em Tagaste, hoje Souk-Ahras, na Argélia, e é um dos mais importantes iniciadores da tradição platônica no surgimento da filosofia cristã, sendo um dos principais responsáveis pela síntese entre o pensamento filosófico clássico e o cristianismo. Estudou em Cartago, e depois em Roma e Milão, tendo sido professor de retórica. Reconverteu-se ao cristianismo, que fora a religião de sua infância, em 386, após ter passado pelo maniqueísmo e pelo ceticismo. Regressou então à Africa (388), fundando uma comunidade religiosa. Suas obras mais conhecidas são *As confissões (400)*, de caráter autobiográfico, e *A cidade de Deus*, composta entre 412 e 427. Santo Agostinho sofreu grande influência do pensamento grego, sobretudo da tradição platônica, através da escola de Alexandria e do neoplatonismo, com sua interpretação espiritualista de

Platão. Sua filosofia tem como preocupação central a relação entre a fé e a razão, mostrando que sem a fé a razão é incapaz de promover a salvação do homem e de trazer-lhe felicidade. A razão funciona assim como auxiliar da

fé, permitindo esclarecer, tornar inteligível, aquilo que a fé revela de forma intuitiva. Este o sentido da célebre fórmula agostiniana *Credo ut intelligam* (Creio para que possa entender). Na Cidade de Deus, Santo Agostinho interpreta a história da humanidade como conflito entre a Cidade de Deus, inspirada no amor a Deus e nos valores cristãos, e a Cidade Humana, baseada exclusivamente nos fins e interesses mundanos e imediatistas. Ao final do processo histórico, a Cidade de Deus deveria triunfar. Devido a esse tipo de análise, Santo Agostinho é considerado um dos primeiros filósofos da história, um precursor da formulação dos conceitos de historicidade e de tempo histórico. A influência do pensamento agostiniano foi decisiva na formação e no desenvolvimento da filosofia cristã no período medieval, sobretudo na linha do platonismo. Tanto as Confissões quanto as Retratações (escritas no final de sua vida) fazem dele um precursor de Descartes, de Rousseau e do existencialismo: "Se eu me engano, eu existo".

***Santo Tomás de Aquino (1227-1274*)**

Nasceu na Itália, de família nobre, e entrou cedo na Ordem dos Dominicanos. Percorreu toda a Europa medieval. Depois dos estudos em Nápoles, Paris e Colônia (onde teve por mestre Alberto Magno), ensina em Paris e nos Estados do papa. Morreu quando se dirigia ao Concílio de Lyon. Sua imensa obra compreende duas Sumas: *Suma contra os gentios e Suma teológica*, vários tratados e comentários sobre Aristóteles, a *Bíblia*, *Boécio* etc. O pensamento de Santo Tomás está profundamente ligado ao de Aristóteles, que ele, por assim dizer, "cristianiza". Seu papel principal foi o de organizar as verdades da religião e de harmonizá-las com a síntese filosófica de Aristóteles, demonstrando que não há ponto de conflito entre fé e razão'. Sua teoria do conhecimento pretende ser, ao mesmo tempo, universal (estende-se a todos os conhecimentos) e crítica (determina os limites e as condições do conhecimento humano). O conhecimento verdadeiro seria uma "adequação da inteligência á coisa". Retomando a física e a metafísica de Aristóteles, estabelece as cinco "vias" que nos conduzem a afirmar racionalmente a existência de Deus: a partir dos "efeitos", afirmamos a causa. Estabelece sua concepção de natureza como ordem do mundo. ordem decifrável nas coisas e que permite fixar fins particulares a cada uma delas. Deus é a causa de tudo, mas não age diretamente nos fatos da criação: Ele instaurou um sistema de leis, causas segundas, ordenando cada um dos domínios naturais segundo sua especificidade própria. Deus é o primeiro motor imóvel, é a primeira causa eficiente, é o único Ser necessário, é o Ser absoluto, o Ser cuja Providência governa o mundo. Santo

Tomás mostra que há, em Aristóteles, uma filosofia verdadeiramente autônoma e independente do dogma, mas em harmonia com ele. Assim, Santo Tomás introduz no teísmo cristão o rigor do naturalismo peripatético. Porém, distingue o Estado e a Igreja, o direito e a moral, a filosofia e a teologia, a natureza e o sobrenatural. "A última felicidade do homem não se encontra nos bens exteriores. nem nos bens do corpo, nem nos da alma: só pode encontrar-se na contemplação da verdade."

<u>Aula 7 – Idade Moderna - Racionalismo</u>

“Primeiramente, considero haver em nós certas noções primitivas, as quais são como

originais, sob cujo padrão formamos todos os nossos outros conhecimentos” (Descartes)

“De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência” (Locke).

“... penso não haver mais dúvida que não há princípios práticos com os quais todos os

homens concordam e, portanto, nenhum é inato” (Locke).

O século XVII representa, na história do homem, a culminação de um processo em que se subverteu a imagem que ele tinha de si próprio e do mundo. A emergência da nova classe dos burgueses determina a produção de uma nova realidade cultural, a ciência física, que se exprime matematicamente. A atividade filosófica, a partir daí, reinicia um novo trajeto: ela se desdobra como uma reflexão cujo pano de fundo é a existência dessa ciência. A revolução científica determinou a quebra do modelo de inteligibilidade apresentado pelo aristotelismo, o que provocou, nos novos pensadores, o receio de enganar-se novamente. A procura da maneira de evitar o erro faz surgir a principal característica do pensamento moderno: a questão do método. Essa preocupação centraliza as reflexões não apenas no conhecimento do ser (metafísica), mas, sobretudo, no problema do conhecimento (teoria do conhecimento ou epistemologia). Podemos dizer que até então a filosofia tem uma atitude realista, no sentido de não colocar em questão a existência do objeto, a realidade do

mundo. A Idade Moderna inverte o pólo de atenção, centralizando no sujeito a questão do conhecimento. Se o pensamento que o sujeito tem do objeto concorda com o objeto, dá-se o conhecimento. Mas qual é o critério para se ter certeza de que o pensamento concorda com o objeto? Isto é, "um dos problemas que a teoria do conhecimento terá que propor e solucionar é aquele de saber quais são os critérios, as maneiras, os métodos de que se pode valer o homem para ver se um conhecimento é ou não verdadeiro.

As soluções apresentadas a essas questões vão originar duas correntes, o racionalismo e o empirismo.

O racionalismo de René Descartes (1596-1650)

René Descartes nasceu na França, de família nobre. Aos oito anos, órfão de mãe, é enviado para o colégio dos jesuítas de La Flèche, onde se revela um aluno brilhante. Termina o secundário em 1612, contente com seus mestres, mas descontente consigo mesmo, pois não havia descoberto a Verdade que tanto procurava nos livros. Decide procurá-la no mundo, Viaja muito. Alista-se nas tropas holandesas de Maurício de Nassau (1618). Sob a influência de Beeckmann, entra em contato com a física copernicana. Em seguida, alista-se nas tropas do imperador da Baviera. Para receber a herança da mãe, retorna a Paris, onde freqüenta os meios intelectuais. Aconselhado pelo cardeal Bérulle, dedica-se ao estudo da filosofia, com o objetivo de conciliar a nova ciência com as verdades do cristianismo. A fim de evitar problemas coro a Inquisição, vai para a Holanda (1629), onde estuda matemática e física. Escreve muitos livros e cartas. Os mais famosos: *O discurso do método, As meditações metafísicas, Os princípios de filosofia, O tratado do homem e o Tratado do mando.* Convidado pela rainha Cristina, vai passar uns tempos em Estocolmo, onde morre de pneumonia um ano depois. Suas frases mais conhecidas: "Toda filosofia é como uma árvore cujas raízes são a metafísica e as ciências os ramos"; "O bom senso (ou razão) é o que existe de mais bem repartido no mundo"; "Jamais devemos admitir alguma coisa como verdadeira a não ser que a conheçamos evidentemente como tal"; "A proposição Penso, logo existo é a primeira e mais certa que se apresenta àquele que conduz seus pensamentos com ordem". Toda a obra de Descartes visa mostrar que o conhecimento requer, para ser válido, um fundamento metafísico. Ele parte da *dúvida metódica: se eu duvido de tudo

o que me vem pelos sentidos, e se duvido até mesmo das verdades matemáticas, não posso duvidar de que tenho consciência de duvidar, portanto, de que existo enquanto tenho essa consciência. O *cogito é, pois, a descoberta do espírito por si mesmo, que se percebe que existe como sujeito: eis a primeira verdade descoberta para o fundamento da metafísica e cuja evidência fornece o critério da idéia verdadeira. Assim, a metafísica é fundadora de todo saber verdadeiro.

Racionalismo

Corrente filosófica que enfatiza o papel da razão como fundamento do modo de conhecer a realidade. Nesta perspectiva, a razão vai possibilitar a apreensão e a justificação do conhecimento sem o recurso da experiência sensorial interferindo no processo do conhecimento. A razão é, assim, a única fonte de qualquer conhecimento, e é ainda capaz de, sozinha, chegar à verdade absoluta das coisas.

Dúvida metódica:

É o método de conhecimento que tem por objetivo descobrir a verdade, consistindo em considerar provisoriamente como falso tudo aquilo cuja verdade não se encontra assegurada. Trata-se da dúvida cartesiana, destinada a ser um método utilizado para atingir uma certeza maior do que as certezas da vida cotidiana, caracterizada pelo fato de ser indubitável. O *cogito ergo sum* será o indubitável, correspondendo, intelectualmente, à alavanca de Arquimedes e permitindo eliminar-se toda possibilidade de dúvida. O caráter voluntário e metódico dessa dúvida aparece claramente no recurso ao "gênio maligno", simples hipótese usada por Descartes para permanecer na dúvida enquanto não consegue encontrar o indubitável.

Cogito (do lat. cogitare: cogitar, pensar; cogito: penso)

Para Descartes, o *cogito ergo sum* ("penso logo existo") é o primeiro princípio da filosofia, inaugurando uma revolução que consiste em partir da presença do pensamento e não da presença do mundo. E na segunda Meditação metafísica que ele afirma essa verdade "*cogito, sum*" (penso, existo): a primeira verdade, o modelo de toda verdade e o lugar da autenticidade consistem nessa percepção que o sujeito presente tem de sua própria existência, nessa luz de si a si: "Esta proposição, eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a pronuncio ou que a concebo em meu espírito."

Aula 8 – Idade Moderna – Empirismo

É a doutrina ou teoria do conhecimento segundo a qual todo conhecimento humano deriva, direta ou indiretamente, da experiência sensível externa ou interna. Freqüentemente

fala-se do "empírico" como daquilo que se refere à experiência, às sensações e às percepções, relativamente aos encadeamentos da razão. O empirismo, sobretudo de Locke e de Hume, demonstra que não há outra fonte do conhecimento senão a experiência e a sensação. As idéias só nascem de um enfraquecimento da sensação, e não podem ser inatas. Daí o empirismo rejeitar todas as especulações como vãs e impossíveis de circunscrever. Seu grande argumento: "Nada se encontra no espírito que não tenha, antes, estado nos sentidos." "A não ser o próprio espírito", responde Leibniz. Kant tenta resolver o debate: todos os nossos conhecimentos, diz ele, provêm da experiência, mas segundo quadros e formas a priori que são próprios de nosso espírito. Com isso, tenta evitar o perigo do dogmatismo e do empirismo.

David Hume (1711-1776)

O filósofo e historiador escocês David Hume nasceu em Edimburgo. Estudou filosofia e se interessou pelas letras. Abandonou o curso de direito e dedicou-se ao comércio, passando três anos na França (1734-1737). Retornou à Inglaterra, tornou-se secretário do general Saint Clair e o acompanhou a Viena e Turim. Em 1744, candidatou-se a uma cadeira de filosofia em Edimburgo, foi acusado de ateísmo e não nomeado. Posterior-mente, candidatou-se à cadeira de lógica em Glasgow, para substituir Adam Smith, e fracassou novamente. Conseguiu ser nomeado bibliotecário da faculdade de direito, onde se dedicou a uma grande atividade literária. Em 1763, re-tornou à França como secretário da embaixada, onde conheceu Rousseau. Voltou á Inglaterra e tornou-se subsecretário de Estado (1767-1768). No ano seguinte (1769), regressou então a Edimburgo, onde permaneceu até sua morte. A filosofia de David Hume caracteriza-se como um *fenomenísmo que procede ao mesmo tempo do empirismo de Locke e do *idealismo de Berkeley: também é conhecida por ser um *ceticismo, na medida em que reduz os princípios racionais a ligações de idéias fortificadas pelo hábito e o eu a uma coleção de estados de consciência. Suas obras principais são: *A Treatise of Human Nature (1739), Essays Moral and Political (1741), An Enquiry Concerning Human Understanding (inicialmente intitulado Philosophical Essays Concerning Human Understanding) (1748), Political Discourses (1752), History of England during the Reigns of James I and Charles I (1754 ss.), Dialogues on Natural Religion (1779),* póstuma. Abordam os seguintes temas fundamentais: a) não é possível nenhuma teoria geral da realidade: o homem não pode criar idéias, pois está inteiramente submetido aos sentidos; todos os nossos conhecimentos vêm dos sentidos; b) a ciência só consegue atingir certezas morais: suas verdades são da ordem da probabilidade; c) não há causalidade objetiva, pois nem sempre as mesmas causas produzem os mesmos efeitos; d) convém que substituamos toda certeza pela probabilidade. Eis seu ceticismo, a condição da tolerância e da coexistência pacífica entre os homens. Trata-se de um ceticismo teórico, não válido na vida prática.

Fenomenísmo - definição

Concepção filosófica atribuída, sobretudo, a Hume, que não admite a existência de nenhuma substância, considerando a realidade como composta exclusivamente de fenômenos e das percepções e idéias que formamos destes. Oposto a substancialismo.

John Locke (1632-1704)

John Locke nasceu perto de Bristol, Inglaterra. Estudou medicina e foi secretário político de vários homens de Estado. Fez várias viagens ao exterior. Até os 38 anos, não manifestou nenhuma vocação filosófica. Foi somente em 1670171 que seu pensamento tomou um novo rumo: surgiu-lhe a idéia de sua grande obra: *An Essay concerning Human Understanding (Ensaio sobre o entendimento humano. 1690).* No mesmo ano, escreveu *An Essay concerning Toleration (Ensaio sobre a tolerância).* Em 1693, publicou *The Reasonableness christianity (A razoabilidade do Cristianismo).* Sua obra é uma reação contra Descartes e sua doutrina das idéias inatas. Ao descrever a formação de nossas idéias, Locke mostra que todas elas têm por fonte a experiência. Ele defende o empirismo contra o racionalismo cartesiano. O essencial de sua doutrina é sua teoria do conhecimento: a) todo conhecimento humano tem sua origem na sensação: "nada há na inteligência que, antes, não tenha estado nos sentidos"; não há idéias inatas no espírito; b) a partir dos dados da experiência, o entendimento vai produzir novas idéias por abstração; c) se o entendimento humano é passivo na origem, pois é tributário dos sentidos, tem um papel ativo, pois pode combinar as idéias simples e formar idéias complexas. Assim, seu empirismo leva-o a conferir à probabilidade um papel essencial no conhecimento. Quanto à política, parte da seguinte idéia: "Os homens são todos, por natureza, livres, iguais e independentes, e ninguém pode ser despossuído de seus bens nem submetido ao poder político sem seu consentimento". A conseqüência de seu empirismo se revela na concepção do Estado social e do poder político: em primeiro lugar, refuta o direito divino e o absolutismo, pois trata-se de renunciar a essas especulações para se voltar às coisas mesmas; em seguida, declara que o poder só é legitimo quando é a emanação da

vontade popular, pois a soberania pertence ao povo que a delega a uma assembléia ou a um monarca; finalmente, antecipa Marx declarando que o fundamento da propriedade é o trabalho.

Dogmatismo

1. Toda doutrina ou toda atitude que professa a capacidade do homem atingir a certeza absoluta; filosoficamente, por oposição ao ceticismo, o dogmatismo é a atitude que consiste em admitir a possibilidade, para a razão humana, de chegar a verdades absolutamente certas e seguras.

2. No sentido vulgar, atitude que consiste em afirmar alguma coisa, de modo intransigente e contundente, sem provas nem fundamento.

3. Toda atitude de conhecimento que consiste em acreditar estar de posse da certeza ou da verdade antes de fazer a crítica da faculdade de conhecer (Kant).

4. A tradição marxista utiliza o termo "dogmatismo" para qualificar a tendência de se congelar uma teoria em fórmulas estereotipadas, cortando-as da prática e da análise concreta: "O marxismo não é um dogma. mas um guia para a ação" (Engels).

5. Observemos que, desde a Antigüidade, existem os filósofos céticos e os filósofos dogmáticos. Os primeiros se recusam a crer nas verdades estabelecidas, enquanto os segundos defendem as verdades de sua "escola". E com a representação kantiana da história da filosofia que o termo "dogmatismo" adquire um sentido novo: o criticismo só se define opondo-se aos dois perigos inversos, o empirismo e o dogmatismo. O dogmatismo consiste em crer que a razão pode edificar sistemas sólidos sem ter sido antes depurada pela crítica (cf. sentido 3). Kant visa às filosofias de Leibniz e de Wolf, nas quais o conhecimento se desenvolve a priori, sem recorrer à experiência: visa também ao empirismo, que reduz tudo à experiência, sem se inter-rogar sobre as formas a priori.

Ceticismo (do gr. skeptikós: aquele que investiga)

1. Concepção segundo a qual o conhecimento do real é impossível à razão humana. Portanto, o homem deve renunciar à certeza, suspender seu juízo sobre as coisas e submeter toda afirmação a uma dúvida constante. Oposto a dogmatismo. Ter relativismo.

2. Historicamente, o ceticismo surge na filosofia grega com Pirro ele Elida. Há, no entanto, várias vertentes no ceticismo clássico. Sexto Empírico, seu principal sistematizador, defende a posição da Nova Academia, segundo a qual se a certeza é impossível, devemos renunciar às tentativas de conhecimento do ceticismo pirrônico, o qual embora reconhecesse a impossibilidade da certeza, achava necessário continuar buscando-a. Tradicionalmente distinguem-se no ceticismo três etapas: a epoche. a suspensão do juízo que resulta da dúvida; a zétesis, a busca incessante da certeza: e a ataraxia, a tranqüilidade ou imperturbabilidade que resulta do reconhecimento da impossibilidade de se atingir a certeza e da superação do conflito de opiniões entre os homens. Na concepção cética, portanto, a especulação filosófica retornaria ao senso comum e à vida prática.

3.No pensamento moderno, sobretudo com Montaigne e os humanistas do Renascimento, o ceticismo é retomado como forma de se atacar o dogmatismo da escolástica, o que leva à adoção de uma concepção de conhecimento relativo. Há também nesse período uma corrente do chamado ceticismo fideísta, que argumenta que, sendo a razão incapaz de atingir a verdade, deve-se então apelar para a fé e a revelação como fontes da verdade. A dúvida cartesiana pode ser considerada como tendo se inspirado na noção cética de suspensão de juízo, a epoché, noção esta também retomada mais tarde pela fenomenologia.

4. Pode-se considerar que o ceticismo inspira em grande parte a atitude crítica e questionadora da filosofia contemporânea. Por exemplo, as questões da relatividade do conhecimento e dos limites da razão e da ciência, que a epistemologia contemporânea trata, têm raízes no ceticismo clássico e no moderno.

Aula 9 – Idealismo de Kant (1724-1804)

Um dos filósofos que mais profundamente influenciou a formação da filosofia contemporânea, Kant nasceu em Konigsberg, na Prússia Oriental (Alemanha), atualmente Kaliningrado na Rússia. onde passou toda a sua vida, tendo chegado a reitor da Universidade de Konigsberg, onde foi estudante e professor. O pensamento de Kant é tradicionalmente dividido em duas fases: a pré-crítica (1755-1780) e a crítica (1781 em diante), que se inicia com a publicação da *Crítica da razão pura*, sua obra capital. Na fase pré-crítica o pensamento kantiano está totalmente inserido na tradição do sistema metafísico de Leibniz e Wolff, então dominante nos meios acadêmicos alemães. Sua principal obra nesse período é a Dissertação de 1770, com a qual tornou-se catedrático da universidade, e que,

embora elaborada dentro do quadro conceituai da metafísica tradicional, prenuncia alguns dos temas centrais da fase crítica, como a questão dos limites da razão e da solução dos problemas metafísicos. A fase crítica se inicia, nas palavras do próprio Kant, por influência de suas leituras dos empiristas ingleses, sobretudo de Hume. E famosa sua afirmação nos Prolegómenos de que "1-lume despertou-me de meu sono dogmático". As objeções céticas de Hume ao racionalismo dogmático e à metafísica especulativa levaram Kant a questionar e reconsiderar essa tradição, ao mesmo tempo procurando defender a possibilidade da ciência e da moral, contra o ceticismo arrasador de Hume. A filosofia crítica se resume,

portanto, a quatro grandes questões: I) o que podemos saber? 2) o que devemos fazer? 3) o que temos o direito de esperar? e 4) o que é o homem? Em sua *Lógica* (1800), Kant afirma que "a filosofia ... é por um lado a ciência da relação entre todo conhecimento e todo uso da razão; e, por outro, do fim último da razão humana, fim este ao qual todos os outros se encontram subordinados e para o qual devem se unificar". A primeira questão é tratada essencialmente na Crítica da razão pura, em que Kant investiga os limites do emprego da razão no conhecimento, procurando estabelecer as condições de possibilidade do conhecimento e assim distinguir os usos legítimos da razão na produção de conhecimento, dos usos especulativos da razão que, embora inevitáveis. não produzem conhecimento e devem ser distinguidos da ciência. São duas as fontes do conhecimento humano: a sensibilidade e o entendimento. Através da primeira, os objetos nos são dados; através do segundo, são pensados. Só pela conjugação desses dois elementos é possível a experiência do real. Por outro lado, nossa experiência da realidade é condicionada por essa estrutura em que se combinam sensibilidade e entendimento, de tal forma que só conhecemos realmente o mundo dos fenômenos, da experiência, dos objetos enquanto se relacionam a nós, sujeitos, e não a realidade em si, tal qual ela é, independentemente de qualquer relação de conhecimento. O método transcendental, que Kant então formula, caracteriza-se precisamente como análise das condições de possibilidade do conhecimento, ou seja, como reflexão crítica sobre os fundamentos da ciência e da experiência em geral. A Crítica da razão prática (1788) analisa os fundamentos da lei moral, formulando o famoso princípio do imperativo categórico: "age de tal forma que a norma de tua ação possa ser tomada como lei universal". Trata-se de um princípio formal e universal, estabelecendo que só devemos basear nossa conduta em valores que todos possam adotar, embora não prescrevendo especifica-mente quais são esses valores. Na Crítica da faculdade de julgar (1790), Kant procura estabelecer as bases objetivas para o juízo estético, em um princípio semelhante ao ético. Na verdade, essa obra vai além da questão da estética, envolvendo todo juízo teleológico e o reconhecimento de um fim ou propósito que daria sentido à natureza. Assim, "a beleza é a forma da finalidade em um objeto, percebida, entretanto, separadamente da representação de um fim".

Idealismo (do lat. tardio idealis)

Em um sentido geral, "idealismo" significa dedicação, engajamento, compromisso com um ideal, sem preocupação prática necessariamente, ou sem visar sua concretização imediata. Ex.: o idealismo de fulano. O termo "idealismo" engloba, na história da filosofia, diferentes correntes de pensamento que têm em comum a interpretação da realidade do mundo exterior ou material em termos do mundo interior, subjetivo ou espiritual. Do ponto de vista da problemática do conhecimento, o idealismo implica a redução do objeto do conhecimento ao sujeito conhecedor; e. no sentido ontológico, equivale à redução da matéria ao pensamento ou ao espírito. O idealismo radical acaba por levar ao solipsismo.

A teoria das idéias, de Platão, é, por vezes, impropriamente chamada de idealismo. Na verdade, deve ser considerada um "realismo das idéias", já que para Platão as idéias constituem uma realidade autônoma — o mundo inteligível — existente por si

mesma, independente de nosso conhecimento ou pensamento.

Idealismo transcendental. Doutrina kantiana, também conhecida como idealismo crítico, que considera os objetos de nossa experiência, enquanto dados no espaço e no tempo, como fenômenos, isto é, aparências, devendo distinguir-se da coisa-em-si a realidade enquanto tal — que é para nós incognoscível. O objeto é algo, portanto, que só existe em uma relação de conhecimento. "Chamo de idealismo transcendental de todos os fenômenos a doutrina segundo a qual nós os consideramos sem exceção como simples representações, e não como coisas-em-si" (Kant).

Idealismo alemão pós-kantiano. É o desenvolvimento da doutrina kantiana, sobretudo por Fichte e Schelling, que, no entanto, deram a essa doutrina uma interpretação mais subjetiva e menos crítica, prescindindo da noção de coisa-em-si e considerando o real como constituído pela consciência.

Idealismo absoluto. Termo empregado por Hegel para caracterizar sua metafísica. segundo a qual o real é a idéia, entendida contudo não em um sentido subjetivo, mas absoluto.

Na tradição filosófica, o idealismo se opõe fundamentalmente ao materialismo, na medida em que, para ele, o universo se reduz, seja a dois princípios heterogêneos, a matéria e o pensamento, seja a um único princípio, o pensamento. Neste caso, os objetos materiais são apenas representações de nosso espírito, ou seja, o ser das coisas nada mais é do que a idéia que o espírito delas possui. Opõe-se ainda, neste sentido, a empirismo e a realismo.

Contemporaneamente, sob influência da crítica marxista, o termo "idealismo" designa uma concepção generosa ou ambiciosa, mas irrealizável ou utópica. Especialmente na moral, freqüentemente significa uma ignorância das condições concretas do agir humano.

Juízo (lat. judicium: julgamento, discernimento)

1. Ato de julgar ou decidir sobre algo. Ex.: fazer mau juízo de alguém. Capacidade de pensar ou discernir. "Como podemos relacionar todos os atos do entendimento a juízos, o entendimento em geral pode ser representado como uma faculdade de julgar"(Kant). Equilíbrio, racionalidade: ele tem juízo.

2. Relação que se estabelece através do pensamento entre diferentes conceitos, constituindo na atribuição de um predicado ou propriedade a um sujeito e tendo a forma lógica básica "S é P" (juízo predicativo). "Chamamos julgar a ação de nosso espírito, através da qual, unindo diversas idéias, este afirma de uma algo que pertence a outra, como quando tendo a idéia de Terra e a idéia de redondo, afirmo sobre a Terra que esta é redonda, ou nego que seja redonda". (Logique de Port-Royal. de Antoine Arnauld e Pierre Nicole).

3. Faculdade fundamental do pensamento humano que consiste no conjunto de condições que tornam possível o funcionamento do pensa-mento e sua aplicação a objetos.

4. Na filosofia contemporânea a noção de juízo derivada, sobretudo, de Kant, que estabelece as seguintes distinções: l) juízo analítico: juízo em que o predicado ou atributo está incluído na essência ou definição do sujeito. Ex.: Todos os corpos são extensos; 2) juízo sintético: quando o predicado acrescenta algo à compreensão do sujeito. Ex.: Os corpos são pesados. Os juízos sintéticos, por sua vez, se dividem em sintéticos a priori, possuindo caráter necessário, mas ao mesmo tempo representando conhecimento, ex.: os juízos da matemática e as leis gerais da física: e juízos sintéticos *a posteriori*, aqueles que são simplesmente derivados da experiência. Ainda segundo Kant, os juízos podem ser caracterizados: quanto à qualidade: afirmativos: "S é P" ("Sócrates é sábio"); negativos: "S não é P" ("Sócrates não é sábio"); indefinidos ou limitativos: "S é não P" ("Sócrates é não-sábio"), em que se nega uma qualidade, sem, contudo atribuir uma outra que caracterize o sujeito. A distinção entre negativo e limitativo não é encontrada geralmente na tradição, sendo específica ao sistema kantiano, nem sempre aceita fora dele. Quanto à quantidade: universais: "Todo S é P" ("Todo homem é mortal"); particulares: "Algum S é P" ("Alguns vertebrados são mamíferos"); singulares: "Esse S é P" ("Este homem é brasileiro"). Quanto à relação: categóricos: "S é P” ("Brasília é a capital do Brasil"); hipotéticos: "Se S, então P" ("Se chover, ele não virá"); disjuntivos: "Ou S, ou P" ("Ou ele virá ou não virá"). Quanto à modalidade: assertóricos: "S é P" ("José é carioca"); problemáticos: "E possível que S seja P" ("E possível que João seja eleito"); apodíticos: "E necessário que S seja P" ("Todo triângulo tem como soma de seus ângulos internos 180°"). 6. A discussão sobre a natureza do juízo, se lógica ou se psicológica, relaciona-se às tentativas de redução do pensamento à linguagem, ou vice-versa, e contemporaneamente, sobretudo na filosofia da linguagem, tem levado à tese de que o juízo se exprime sempre através de uma proposição, ou seja, tem uma estrutura necessariamente lingüística.

Aula 10 – Baruch Espinosa (1632-1677)

De família judia portuguesa, o filósofo Baruch Espinosa nasceu em Amsterdam. Holanda. Estudou o hebreu, o Talmude e a Bíblia. Aprendeu espanhol, português. holandês e francês. Logo rompeu com a ortodoxia judaica, mas sem se aproximar do cristianismo. Acusado de judeu e de ateu, de ímpio e de fatalista, tentou explicar seu ponto de vista sobre a religião. Em seu Tratado teológico-político (1670), colocou o problema das relações entre religião e Estado. Reconheceu ao Estado, poder soberano, o direito e o dever de fazer reinar a paz interior na comunidade, bem como de organizar as ações exteriores. A ética, demonstrada segundo o método geométrico (1677) é sua obra principal. Uma demonstração rigorosa, ordenada numa impecável série de teoremas. revela seu aspecto polêmico: trata-se de uma máquina de guerra contra a filosofia dominante, sobretudo contra a teoria do sujeito voluntário, pela qual o homem pretende converter-se em mestre e possuidor da natureza. A essa vontade livre,

Espinosa opõe uma única necessidade, vida interna de todo o universo: todas as coisas (inclusive os homens) são modos da substância única que é Deus. A inteligência pode chegar ao saber absoluto; a essência de Deus e das coisas é totalmente inteligível; Deus é a natureza concebida como totalidade; dessa totalidade, o entendimento humano só pode conceber dois atributos: o pensamento e a extensão; mas as coisas singulares existem realmente; todo conhecimento verdadeiro se realiza por uma dedução de tipo geométrico: a idéia não consiste na imagem nem nas palavras, mas no exercício do intelecto que coincide com seu objeto: o homem não é um império num império, mas está submetido às leis comuns da natureza. Precisamos analisar as diferentes instituições em seu funcionamento: que poder as produz? Quais são seus efeitos? Eis o objetivo da obra inacabada *Tratado político (1677).* A alegria, a tristeza e o desejo são três afeições primitivas das quais nascem todas as outras. O bem, o mal, o belo e o feio não constituem propriedades das coisas, mas modos de imaginar. Como a superstição constitui a grande ameaça do homem, a tarefa do filósofo é eminentemente política: denunciar os sistemas políticos que só se impõem aos homens inspirando-lhes paixões tristes. E na cidade que o homem realiza sua liberdade: "O sábio é mais livre na cidade, onde obedece à lei comum, do que na solidão onde só obedece às suas paixões": "Não devemos confundir o sentido de um discurso com a verdade das coisas". Se o Deus sirve Natura “de Espinosa não é um Deus criador, pessoal e juiz, nem por isso pode ser dissolvido no mundo (panteísmo).

Espinosismo

Nome genérico dado ao destino póstumo da filosofia de Espinosa. fundada num racionalismo integral que recusa toda distinção "moral", toda subjetividade, toda finalidade da natureza e que concebe o homem como um simples "modo finito da substância infinita" e não mais como o centro e o fim do universo. O espinosismo, rejeitado no séc.XVIII como um "sistema ateu" e reabilitado no séc.XIX como uma filosofia panteísta da natureza. opõe-se vigorosamente ao irracionalismo, pois entende que tudo o que existe deve ter uma explicação racional. Marx, Nietzsche e Freud, na medida em que elaboram uma visão naturalista do homem e do mundo, adotam uma postura espinosista.

A relação corpo-espírito para Spinoza

Embora só no século XX tenham surgido correntes filosóficas que visam superar a dicotomia corpo-consciência, restabelecendo a unidade humana, há uma exceção no século XVII, representada por Spinoza. Baruch Spinoza (1632-1677) era judeu holandês e sofreu inúmeros reveses em sua vida. Cedo foi expulso da sinagoga, acusado de heresia. Deserdado pela família, ocupou-se como polidor de lentes, a fim de garantir a sobrevivência e dedicar-se à reflexão. Escreveu Trotado teológico-político e Ética, entre várias obras mal compreendidas e quase nunca lidas, tanto no seu século como nos subseqüentes. Sempre sofreu acusações, ora de ateísmo, ora de panteísmo.

Considerado por muitos um filósofo determinista, no sentido de que negaria a liberdade humana, o que Spinoza faz, ao contrário, é a crítica a toda forma de poder, quer político, quer religioso, na tentativa de elucidar os obstáculos à vida, ao pensamento e à política livres. Ele quer descobrir o que leva o homem à servidão e à obediência. Sua análise teórica a respeito da superstição tem características que a aproximam do conceito marxista de ideologia, elaborado dois séculos depois. Por isso, ao analisar o comportamento moral, Spinoza procura o que possibilita e o que impede o exercício da liberdade.

Ao mostrar as possibilidades de expressão da liberdade, Spinoza desenvolve uma teoria absolutamente nova no seu tempo e que desafia uma tradição vinda dos gregos. Vimos que Platão dicotomiza corpo-consciência, dando ao espírito a superioridade e o poder de dominar as paixões, como condição da própria humanização. Também em Descartes persiste o dualismo psicofísico, a hierarquização e o princípio de causalidade. Essa posição, levada às últimas conseqüências, abre caminho para a concepção materialista do corpo. A novidade de Spinoza é a teoria do paralelismo, segundo a qual não há nenhuma relação de causalidade ou de hierarquia entre corpo e espírito. Ou seja, nem o espírito é superior ao corpo, como queriam os idealistas, nem o corpo determina a consciência, como dizem os materialistas. A relação entre um e outro não é de causalidade, mas de expressão e simples correspondência. O que se passa em um deles se exprime no outro: a alma e o corpo exprimem, no seu modo próprio, o mesmo evento. Nesse sentido, também não convém dizer que o corpo é passivo enquanto a alma é ativa, ou vice versa. Tanto a alma como o corpo podem ser, por sua vez, ativos ou passivos. Quando passivos, o somos de corpo e alma. Quando ativos, o somos de corpo e alma. Somos ativos quando autônomos, senhores de nossa ação, e passivos quando o que ocorre em nosso corpo ou alma tem uma causa externa mais poderosa que nossa força interna, daí decorrendo a heteronomia.

Ora, a virtude da alma, no sentido primitivo de força, poder, consiste na atividade de

pensar, conhecer. Portanto, a sua fraqueza é a ignorância. Quando a alma se volta para si mesma e se reconhece capaz de produzir idéias, passa a uma perfeição maior e é, portanto, afetada pela alegria. Mas, se em dada situação, a alma não consegue entender, a descoberta de sua impotência causa sentimento de diminuição do ser e, portanto, provoca tristeza. Nesse caso, a alma está passiva. Já nas relações entre os corpos, resultam afecções, na medida em que é da natureza do corpo afetar outros corpos e ser afetado por eles. A maneira pela qual um corpo afeta outro determina duas situações diferentes. Se o corpo que nos afeta se "compõe" com o nosso, a sua potência (ou capacidade de agir) se adiciona à nossa, o que provoca aumento da nossa potência; passando a uma perfeição maior, o resultado é a alegria. Ao contrário, se há um "mau encontro", quando o outro corpo não se compõe com o nosso (por exemplo, no caso da tirania), há uma subtração da nossa potência, que, diminuída, gera tristeza. Spinoza chama de paixões a tristeza e a alegria, que, no sentido etimológico da palavra, significa "padecer", "sofrer". Ao padecer, não somos nós que agimos, mas a ação tem uma causa exterior, e nós permanecemos passivos. A diferença entre paixão triste e paixão alegre é que esta, ao aumentar o nosso ser e a nossa potência de agir, nos aproxima do ponto em que nos tornaremos senhores dela e, portanto, dignos de ação. A paixão triste nos afasta cada vez mais da nossa potência de agir, sendo geradora de ódio, aversão, temor, desespero, indignação, inveja, crueldade, ressentimento. Como fazer para evitar a paixão triste e propiciar a paixão alegre? Aí reside a originalidade de Spinoza: "Nem o corpo pode determinar a alma a pensar, nem a alma determinar o corpo ao movimento ou ao repouso ou a qualquer outra coisa (se acaso existe outra coisa).

Determinismo(do al. Determinismus)

Como princípio segundo o qual os fenômenos da natureza são regidos por leis, o determinismo é a condição de possibilidade da ciência: "A definição do determinismo pela previsão rigorosa dos fenômenos parece a única que a física pode aceitar, por ser a única realmente verificável" (Louis de Broglie).

Doutrina filosófica que implica a negação do livre-arbítrio e segundo a qual tudo, no universo, inclusive a vontade humana, está submetido à necessidade. Com Descartes, a natureza é matemática em sua essência: uma natureza que não fosse matemática contradiria a idéia de perfeição divina. Para Espinosa. *"não há na alma nenhuma vontade absoluta ou livre"*. Em Kant, o determinismo deixa de ser metafísico para fazer parte da legislação que o espírito impõe às coisas para conhecê-las. Não há oposição entre o determinismo e a liberdade, porque ele pertence à ordem dos fenômenos, enquanto a liberdade pertence à ordem numenal.

Aula 11 - Hegel: A teoria do Estado

"O pensamento, o conceito de direito fez-se de repente valer e o velho edifício de iniqüidade não lhe pode resistir (...). Desde que o sol está no firmamento (...) não se tinha visto o homem (...) basear-se numa idéia e construir segundo ela a realidade (...). Trata-se, portanto, de um soberbo nascer do sol. Todos os seres pensantes celebraram essa época. Reinou nesse tempo uma emoção sublime, o entusiasmo do espírito fez estremecer o mundo, como se só nesse momento se tivesse chegado à verdadeira reconciliação do divino com o mundo".

(Hegel)

De que fala Friedrich Hegel (1770-1831) no texto em epígrafe? Relembra a Revolução Francesa (1789), evento notável que ocorreu quando ele tinha dezenove anos. Na Alemanha, acompanhou apaixonadamente os acontecimentos que marcaram um ponto de ruptura da história: a derrocada do mundo feudal e o fortalecimento da ordem burguesa. É esta a contradição dialética cuja resolução Hegel aponta como sendo a tarefa da Razão. Sendo alemão, Hegel continuará vivendo essa contradição, na medida em que a Alemanha se acha, de certa forma, ainda mergulhada na ordem feudal, estando

politicamente dividida em diversos Estados não unificados. Diz Roger Garaudy, marxista francês: *"O método que elaborou para tentar vencer as dilacerações e as contradições do seu tempo - a dialética idealista - só pode ser compreendido a partir da experiência viva e do drama vivido que suscitaram nele a exigência filosófica"*.

R. Garaudy, O pensamento de Hegel, p. 8.

A dialética idealista

Como vimos na Terceira Parte do Capítulo 10 (Teoria do conhecimento), a filosofia de Hegel é uma filosofia do devir (do movimento, do vir-a-ser). Para compreender a realidade em constante processo, Hegel abandona a lógica tradicional, aristotélica, que considera inadequada para a explicação do movimento. Estabelece os princípios de uma nova lógica: a dialética (se necessário, ver a Segunda Parte do Capítulo 9 - Instrumentos do conhecimento). Segundo a

dialética, todas as coisas e idéias morrem. Como diz Goethe: "*Tudo o que existe merece desaparecer*". Mas essa força destruidora é também a força motriz do processo histórico.

O movimento da dialética se faz em três etapas: tese, antítese e síntese. A antítese é a negação da tese, e a síntese é a superação da contradição entre tese e antítese.

Da abordagem dialética resulta um novo conceito de história. O presente é retomado como resultado de longo e dramático processo; a história não é a simples acumulação e justaposição de fatos acontecidos no tempo, mas é resultado de verdadeiro engendramento, de um processo cujo motor interno é a contradição dialética. Ao explicar o movimento gerador da realidade, Hegel desenvolve a dialética idealista: no sistema hegeliano, a racionalidade não é mais um modelo a se aplicar, *"mas é o próprio tecido do real e do pensamento"*. O mundo é a manifestação da Idéia, *"o real é racional e o racional é real". "A história universal nada mais é do que a manifestação da Razão"*.

No movimento dialético, a Razão passa por diversos graus, desde a natureza inorgânica até as formas mais complexas da vida social. Entre estas, Hegel se refere ao Espírito objetivo, ou seja, o espírito exterior do homem enquanto expressão da vontade coletiva por meio da moral, do direito, da política: o Espírito objetivo se realiza naquilo que se chama mundo da cultura.

Para Hegel, o Estado é uma das mais altas sínteses do Espírito objetivo. É o que explicaremos a seguir.

A concepção de Estado

As teorias sobre o Estado foram desenvolvidas por Hegel na obra *Filosofia do direito*, onde critica a tradição naturalista típica dos filósofos contratualistas. Estes, ao elaborarem a hipótese do homem em estado de natureza, desenvolveram a concepção de que a sociedade é composta por indivíduos isolados que se reúnem motivados por um pacto, a fim de formar artificialmente o Estado e garantir a liberdade individual e a propriedade privada. Ao contrário das teorias contratualistas, a concepção hegeliana nega a anterioridade dos indivíduos, pois é o Estado que fundamenta a sociedade. Não é o indivíduo que escolhe o Estado, mas sim é por ele constituído. Ou seja, não existe o homem em estado de natureza, pois o homem é sempre um indivíduo social. O Estado sintetiza, numa realidade coletiva, a totalidade dos interesses contraditórios entre os indivíduos. Assim como a família é a síntese dos interesses contraditórios entre seus membros, e a sociedade civil a síntese que supera as divergências entre as diversas famílias, o Estado representa a unidade final, a síntese mais perfeita que supera a contradição existente entre o privado e o público. No movimento dialético as esferas da família e da sociedade civil não devem ser entendidas como formas anteriores ou exteriores ao Estado, pois na verdade só existem e se desenvolvem no Estado. Quando Hegel usa a expressão sociedade civil, lhe dá um sentido novo, correspondente à esfera intermediária entre a família e o Estado. A sociedade civil é o lugar das atividades econômicas, e, portanto, onde prevalecem os interesses privados, sempre antagônicos entre si. Por isso mesmo é o lugar das diferenças sociais e conflituosas entre ricos e pobres e da rivalidade dos profissionais entre si. Para superar as contradições que põem em perigo a coletividade, é preciso reconhecer a soberania do Estado. Nele, cada um tem a clara consciência de agir em busca do bem coletivo, sendo, assim, por excelência, a esfera dos interesses públicos e universais. A importância do Estado na filosofia política de Hegel levou a interpretações diversas, inclusive a de que ele teria sido o teórico do absolutismo prussiano, o que, em última análise, justificaria o Estado totalitário do século XX. Vários filósofos se insurgiram contra essa simplificação deformadora do seu pensamento, desde o próprio Marx até o contemporâneo Eric Weil.

Pelo menos até o momento histórico vivido por Hegel, a monarquia constitucional representa para ele a melhor forma de governo, a que melhor corresponde ao "espírito do tempo". Com ela não se corre o risco de pôr o indivíduo em primeiro plano, já que o domínio do monarca não é autônomo e independente, mas regido pelas leis e pelo bem do Estado. Isso seria possível pelo fato de a monarquia constitucional opor-se ao despotismo, não sendo, portanto, o governo de um só e os poderes do Estado se encontrarem divididos e exercidos por diversos órgãos.

A influência da filosofia hegeliana

Hegel exerceu grande influência no desenvolvimento do pensamento político posterior, e seus seguidores dividiram-se em dois grupos opostos, denominados esquerda e direita hegeliana. Essa cisão foi provocada por uma querela de origem religiosa incitada por David F. Strauss, teólogo e

autor de Vida de Jesus, na interpretação do pensamento de Hegel.

Os da direita são os discípulos conservadores e mantêm a filosofia idealista do mestre; na política, defendem o estado prussiano e, na religião, seguem o luteranismo. Os da esquerda transformam a filosofia idealista em materialista; na política, defendem a anarquia ou um regime socialista e, na religião, são ateus ou anticristãos. Entre estes estão Feuerbach e, posteriormente, Marx e Engels, os quais, ao realizarem a inversão do idealismo hegeliano, assentam as bases do materialismo dialético: "A dialética de Hegel foi colocada com a cabeça para cima ou, dizendo melhor, ela que se tinha apoiado exclusivamente sobre sua cabeça, foi de novo reposta sobre seus pés.

Outra divergência se encontra na concepção de Marx, para quem o Estado não representa a síntese que superaria os interesses contraditórios da sociedade civil, mas estaria a serviço da classe dominante.

Hegelianismo

Nome genérico atribuído ao destino póstumo da filosofia de Hegel, que formou um grande número de discípulos que logo se dividiram em dois grupos: os hegelianos de direita e os hegelianos de esquerda. Assim, o impacto do sistema hegeliano sobre a filosofia foi inegável. Esse sistema, que se esforça por reunir o espírito e a natureza, o universal e o particular, o ideal e o real, foi tomado como referência, tanto por pensadores conservadores (de direita) quanto por revolucionários (de esquerda), tanto por crentes quanto por ateus. Os hegelianos de direita se tornaram os campeões do liberalismo. Quanto aos hegelianos de esquerda, apoiando-se na teoria da religião e da sociedade, converteram-se em defensores ardorosos da transformação revolucionária da sociedade. Entre estes últimos, Feuerbach e Marx foram os mais ilustres. Lenin dizia: *"Para se compreender Marx, é preciso ter compreendido Hegel"*.

Historicismo

1. Método filosófico que tenta explicar sistematicamente pela história, isto é, pelas circunstâncias da evolução das idéias e dos costumes ou pelas transformações das estruturas econômicas, todos os acontecimentos relevantes do direito, da moral, da religião e de todas as formas de progresso da consciência.

2. De modo especial, teoria segundo a qual o direito, como produto de uma criação coletiva, evolui com a comunidade que o criou, só podendo ser compreendido numa perspectiva histórica.

Sob sua aparência liberal, essa teoria é bastante reacionária, pois faz do direito a estrutura inconsciente de uma comunidade sacralizada por seu próprio passado.

3. Convém distinguir entre historicismo filosófico e historicismo epistemológico ou metodológico. O primeiro faz da história o fundamento de uma concepção geral do mundo ou, então, considera que todos os fenômenos sociais e humanos só são inteligíveis mediante o recurso da categoria "história" (freqüentemente fundada numa oposição radical entre natureza e história). O segundo recusa toda e qualquer concepção do mundo, vendo na história apenas uma das condições de inteligibilidade do real.

<u>Aula 12 – Filosofia contemporânea – Karl Marx</u>

Marx, Karl (1818-1883) Filósofo alemão, nascido em Trier de uma família judia convertida ao protestantismo. Sua obra teve um grande impacto em sua época e na formação do pensamento social e político contemporâneo. Estudou direito nas Universidades de Bonn e de Berlim, doutorando-se pela Universidade de Iena (1841), com uma tese sobre a filosofia da natureza de Demócrito e de Epicuro. Ligou-se aos "jovens hegelianos de esquerda", escrevendo em jornais socialistas. Depois de um intenso período de militância política, marcado pela fundação da "liga" dos comunistas (1847) e pela redação, com Engels, do *Manifesto do Partido Comunista (1848)*, exilou-se na Inglaterra (1849), onde viveu até a sua morte, desenvolvendo suas pesquisas e escrevendo grande parte de sua obra na biblioteca do Museu Britânico, em Londres. Sua obra não se restringe ao campo da filosofia apenas, mas abrange ainda sobretudo os campos da história, da ciência política e da economia. O pensamento de Marx desenvolve-se a partir do contato com a obra dos economistas ingleses como Adam Smith e David Ricardo, e da ruptura com o pensamento hegeliano e com a tradição idealista da filosofia alemã. E então que surge o *materialismo histórico, segundo o qual

as relações sociais são determinadas pela satisfação das necessidades da vida humana, não sendo apenas uma forma, dentre outras, da atividade humana, mas a condição fundamental de toda a história. Logo, a economia política, que estuda a natureza dessas relações de produção, deve ser a base de todo estudo sobre o homem sua vida social e sua expressão cultural. Grande parte das obras de Marx foram escritas em colaboração com Engels, sendo por vezes

difícil separar as idéias de um e as de outro. Apesar de ter elaborado um grande número de obras teóricas nos mais diversos campos da filosofia e das ciências sociais, Marx nunca abandonou a militância política, nem a convicção de que a tarefa de uma filosofia, que se queira verdadeiramente crítica, deve ser a transformação da realidade. Escreveu também um grande número de artigos para jornais, meio como ganhou a vida em Londres. c de textos em que analisou os eventos históricos e políticos de sua época como as comunas de Paris. Suas principais obras são: *A crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843, publicada postumamente); *A sagrada família (1845)*, em colaboração com Engels; *A ideologia alemã (1845-1846*), em colaboração com Engels, também publicada postumamente; *A miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon (1847)*; *A luta de classes na França (1850*); *0 18 Brumário de Luís Bonaparte (1852); Critica da economia política (1859); 0 capital, 3 vols. (1867-1895)*, tendo Engels colaborado na edição desta obra.

Marxismo

Termo que designa tanto o pensa-mento de Karl Marx e de seu principal colaborador Friedrich Engels, como também as diferentes correntes que se desenvolveram a partir do pensamento de Marx, levando a se distinguir, por vezes, entre o marxismo (relativo a asses desenvolvimentos) e o pensamento marxiano (do próprio Marx). A obra de Marx estende-se em múltiplas direções, incluindo não só a filosofia, como a economia, a ciência política, a história etc.; e sua imensa influência se encontra em todas essas áreas. O marxismo é, por vezes, também conhecido como materialismo histórico, materialismo dialético e socialismo científico (termo empregado por Engels). O pensa-mento filosófico de Marx desenvolve-se a partir de uma critica da filosofia hegeliana e da tradição racionalista. Considera que essa tradição, por manter suas análises no plano das idéias, do espírito, da consciência humana, não chegava a ser suficientemente crítica por não atingir a verdadeira origem dessas idéias — a qual estaria na base material da sociedade, am sua estrutura econômica e nas relações de produção que esta mantém. Isto equivaleria, segundo Marx, a "co-locar o homem de Hegel de cabeça para baixo". Seria, portanto, necessário analisar o capitalismo — modo de produção da sociedade contemporânea para Marx — a fim de revelar sua natureza de dominação e exploração do proletariado, e desmascará-la. O pensamento de Marx, entretanto, não se restringe a unta análise teórica, mas busca formular os princípios de uma prática política voltada para a revolução que destruiria a sociedade capitalista para construir o socialismo, a sociedade sem classes, chegando ao fim do Estado. "Os filósofos sempre se preocuparam em interpretar a realidade, é preciso agora transformá-la." O marxismo se desenvolveu em várias correntes que podemos subdividir em políticas e teóricas, embora nem sempre a fronteira entre ambas seja muito nítida. Dentre as correntes políticas temos, p.ex., o marxismo-leninismo, ou simplesmente leninismo, também chamado de marxismo ortodoxo, ou materialismo dialético, que se tornou a doutrina oficial na União Soviética, após a revolução de 1917; o trotskismo, de Leon Trotski, que

defendeu contra o leninismo a teoria da revolução permanente: o maoísmo, doutrina desenvolvida por Mao Tsé-tung, que chegou ao poder na China após a revolução de 1947. Dentre as correntes teóricas, podemos destacar os seguintes pensadores e escolas: o alemão Karl Kautsky (1854-1938), um dos principais seguidores de Marx, defensor de um marxismo revolucionário, contra tendências revisionistas como a de Eduard Bernstein; o húngaro Georg Lukács (1885-1971), que propõe uma interpretação de Marx valorizando suas raízes hegelianas: o alemão Karl Korsch (1889-1961). que enfatiza a base filosófica da teoria social e política de Marx; o austro-marxismo de, dentre outros, Max Adler (1873-1937), que incorpora elementos kantianos à sua interpretação de Marx; o alemão Ernst Bloch (1885-1977), que insere o marxismo na tradição do idealismo alemão; o italiano Antonio Gramsci (1891-1937), fundador do Partido Comunista Italiano e que desenvolve uma filosofia da praxis; o francês Louis

Althusser (19I 8-90), que faz uma leitura de Marx em uma perspectiva estruturalista; o marxismo de Sartre; o marxismo da escola de Frankfurt de Adorno. Horkheimer, Benjamin e posteriormente Marcuse e Habermas, que se volta para a análise da sociedade industrial, do capitalismo avançado e de sua produção cultural. Muitas dessas correntes encontram-se inclusive em conflito, cada uma buscando ser mais fiel ao pensamento autêntico de Marx; porém umas enfatizam seu aspecto econômico e político, outras a análise histórica, outras ainda o caráter filosófico: umas destacam a influência de Hegel, outras a doutrina revolucionária. Um dos aspectos mais polêmicos da interpretação do pensamento de Marx diz respeito à sua atualidade, ou seja. à validade da análise marxista, voltada para a realidade do surgimento do capitalismo no séc.XIX, cm sua aplicação agora à sociedade contemporânea com o capitalismo avançado, que possui características não-previstas pelo próprio Marx. isso faz com que várias dessas correntes se denominem "neomarxistas", na medida em que

constituem tentativas de desenvolvimento e adaptação do pensamento de Marx a essa nova realidade.

A mais-valia

Conceito fundamental utilizado por Marx para sublinhar a exploração imposta ao proletariado pelo proprietário dos meios de produção: a força de trabalho dos operários é o único valor de uso capaz de multiplicar o valor. Ao vender sua força de trabalho ao empregador, em troca de um salário, ela se torna um valor da troca como qualquer outra mercadoria: "o valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessária à sua produção". Todavia, o empregador prolonga ao máximo a duração do trabalho do operário. Este sobretrabalho cria um sobreproduto, uma mais-valia que não é paga ao trabalhador, que lhe é subtraída e marca a sua exploração. Quando a mais-valia é aumentada pela introdução de máquinas mais aperfeiçoadas, por um controle maior da produção individual ou por uma aceleração do ritmo de trabalho, falamos de mais-valia relativa. E o único modo, segundo a teoria marxista, de se acabar com a mais-valia, é substituir a propriedade privada pela propriedade coletiva dos meios de produção.

Materialismo dialético

Termo utilizado inicialmente pelo filósofo marxista russo Plekhanov (1857-1918), sendo empregado posterior-mente por Lenin para caracterizar sua doutrina, que interpreta o pensamento de Marx em ter-mos de um socialismo proletário, enfatizando o método dialético em oposição ao materialismo mecanicista.

Materialismo histórico

Termo utilizado na filosofia marxista para designar a concepção materialista da história, segundo a qual os processos de transformação social se dão através do conflito entre os interesses das diferentes classes sociais: "Até o presente toda a história tem sido a história da luta entre as classes, as classes sociais em luta umas com as outras são sempre o produto das relações de produção e troca, em uma palavra, das relações econômicas de sua época; e assim, a cada momento, a estrutura econômica da sociedade constitui o fundamento real pelo qual devem-se explicar em última análise toda a superestrutura das instituições jurídicas e políticas bem como as concepções religiosas, filosóficas e outras de todo período histórico" (Engels, Anti-Dühring).

Luta de classes

Segundo o marxismo, conflito existente na sociedade capitalista entre a classe dominante, detentora do controle dos meios de produção, e a classe dominada — o proletariado — que vive de seu trabalho, a serviço dos interesses da classe dominante. Nas situações revolucionárias, este conflito, geral-mente latente, se explicita gerando uma crise e urna revolta. "Nossa época, a época da burguesia, se distingue pelo fato de ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade se divide, cada vez mais, em dois campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas urna à outra: a burguesia e o proletariado" (K. Marx e F. Engels, Manifesto do partido comunista).

Socialismo

Termo que designa, sobretudo a partir do séc.XIX, diferentes doutrinas políticas tais como o socialismo de Marx. de Saint-Simon, de Fourier, de Proudhon etc. Todas essas doutrinas têm, entretanto, em comum, uma proposta de mudança da organização econômica e política da sociedade, visando o interesse geral, contra o interesse de urna ou mais classes privilegiadas, com base nas idéias de igualdade e justiça social. Distingue-se o *socialismo democrático*, que prega essas mudanças por via institucional, através de reformas defendidas c realizadas corno parte do processo democrático, do *socialismo revolucionário*, que defende a necessidade de mudanças radicais através de um processo revolucionário de transformação da sociedade.

Comunismo

Todo regime político (ou teoria política) fundado na colocação cm comum dos bens ou que absorve os indivíduos na coletividade. Na teoria marxista, o comunismo, sinônimo de marxismo-leninismo, tanto pode designar a doutrina revolucionária que visa à emancipação do proletário pela apropriação coletiva elos meios de produção quanto o regime político-econômico de tipo coletivista no qual a ditadura do proletariado se estabelece pela destruição total da burguesia, pela abolição das classes sociais e pelo desenvolvimento das forças de produção segundo a fórmula: "a cada um segundo seu trabalho ou a cada um segundo suas obras" (fase do socialismo); numa segunda fase, a realização de uma sociedade da abundância deve levar à supressão total do Estado, segundo a fórmula: "a cada um segundo suas necessidades". Esta é a fase do comunismo propriamente dito: *"O proletariado se apodera do poder público e. em virtude desse poder, transforma os meios de produção sociais, que escapam das mãos da burguesia, em propriedade pública. Por esse ato, ele libera*

os meios de produção de sua qualidade anterior de capital e dá ao seu caráter social segundo um plano determinado. Na medida em que desaparece a anarquia da produção social, a autoridade política do Estado também desaparece" (Engels).

Comunismo primitivo: expressão fazendo derivar logicamente toda sociedade de uma forma de organização sócio-econômica fundada na ausência de propriedade privada.

<u>Aula 13 – Nietzsche: a transvaloração dos valores</u>

O pensamento de Nietzsche (1844-1900) se orienta no sentido de recuperar as forças

inconscientes, vitais, instintivas subjugadas pela razão durante séculos. Para tanto, critica Sócrates por ter encaminhado pela primeira vez a reflexão moral em direção ao controle racional das paixões. Segundo Nietzsche, nasce aí o homem desconfiado de seus instintos, tendo essa tendência culminado com o cristianismo, que acelerou a "domesticação" do homem. Em diversas obras, como *Sobre a genealogia da moral, Para além do bem e do mal e Crepúsculo dos ídolos,* em estilo apaixonado e mordaz, Nietzsche faz a análise histórica da moral e denuncia a incompatibilidade entre esta e a vida. Em outras palavras, o homem, sob o domínio da moral, se enfraquece,

tornando-se doentio e culpado. Nietzsche relembra a Grécia homérica, do tempo das epopéias e das tragédias, considerando-a como o momento em que predominam os verdadeiros valores aristocráticos, quando a virtude reside na força e na potência, sendo atributo do guerreiro belo e bom, amado dos deuses. Nessa perspectiva, o inimigo não é mau: *"Em Homero, tanto o grego quanto o troiano são bons. Não passa por mau aquele que nos inflige algum dano, mas aquele que é desprezível".* Ao fazer a crítica da moral tradicional, Nietzsche preconiza a "transvaloração de todos os valores". Denuncia a falsa moral, "decadente", "de rebanho", "de escravos", cujos valores seriam a bondade, a humildade, a piedade e o amor ao próximo. Contrapõe a ela a moral "de senhores", uma moral positiva que visa à conservação da vida e dos seus instintos fundamentais.

A moral de senhores é positiva, porque baseada no sim à vida, e se configura sob o signo da plenitude, do acréscimo. Por isso se funda na capacidade de criação, de invenção, cujo resultado é a alegria, conseqüência da afirmação da potência. O homem que consegue superar-se é o Super-homem (Uber,nensch, expressão alemã que significa "além-do-homem", "sobre-humano", "que transpõe os limites do humano"). À moral aristocrática, moral de senhores, que é sadia e voltada para os instintos da vida, Nietzsche contrapõe o pensamento socrático-platônico (que provoca a ruptura entre o trágico e o racional) e a tradição da religião judaico-cristã. A moral que deriva daí é a moral de escravos, moral decadente porque baseada na tentativa de subjugação dos instintos pela razão, O homem-fera, animal de rapina, é transformado em animal doméstico ou cordeiro. A moral plebéia estabelece um sistema de juízos que considera o bem e o mal valores metafísicos transcendentes, isto é, independentes da situação concreta vivida pelo homem.

A moral de escravos nega os valores vitais e resulta na passividade, na procura da paz e do repouso. O homem se torna enfraquecido e diminuído em sua potência.

A alegria é transformada em ódio à vida, o ódio dos impotentes. A conduta humana,

orientada pelo ideal ascético, torna-se marcada pelo ressentimento e pela má consciência. O ressentimento nasce da fraqueza e é nocivo ao fraco. O homem ressentido, incapaz de esquecer, é como o dispéptico: fica "envenenado" pela sua inveja e impotência de vingança. Ao contrário, o homem nobre sabe "digerir" suas experiências, e esquecer é uma das condições de manter-se saudável. A má consciência ou sentimento de culpa é o ressentimento voltado contra si mesmo, daí fazendo nascer a noção de pecado, que inibe a ação. O ideal ascético nega a alegria da vida e coloca a mortificação como meio para alcançar a outra vida num mundo superior, do além. Assim, as práticas de altruísmo destroem o amor de si, domesticando os instintos e produzindo gerações de fracos. *"É por isso que contra o enfraquecimento do homem, contra a transformação de fortes em fracos - tema constante da reflexão nietzschiana - é necessário assumir uma perspectiva além de bem e mal, isto é, "além da moral". Mas, por outro lado, para além de bem e mal não significa para além de bom e mau. A dimensão das forças, dos instintos, da vontade de potência, permanece fundamental. "O que é bom? Tudo que intensifica no homem o sentimento de potência, a vontade de potência, a própria potência. O que é mau? Tudo que provém da fraqueza."*

(R. Machado, Nietzsche e a verdade, p. 77).

Moral (lat. moralis, de mor-, mos: costume) - definições

1. Em um sentido amplo, sinônimo de ética como teoria dos valores que regem a ação ou conduta humana, tendo um caráter normativo ou prescritivo. Em um sentido mais

estrito, a moral diz respeito aos costumes, valores e normas de conduta específicos de urna sociedade ou cultura, enquanto que a ética considera a ação humana do seu ponto de vista valorativo e normativo, em uni sentido mais genérico e abstrato.

2. Pode-se distinguir entre uma moral do bem, que visa estabelecer o que é o bem para o homem — a sua felicidade, realização, prazer etc., e como se pode atingi-lo; e uma moral do dever, que representa a lei moral como um imperativo categórico, necessária, objetiva e universalmente válida: *“0 dever é uma necessidade de se realizar uma ação por respeito à lei" (Kant).*

Segundo Kant, a moral é a esfera da razão prática que responde à pergunta: *"O que devemos fazer?*

Aforismo (gr. aphorismós: definição)

Máxima que exprime de forma concisa um pensamento filosófico, geralmente de caráter moral. Ex.: Os pensamentos de Marco Aurélio, e os aforismos de Schopenhauer, intitulados *Parerga und paraliponiena* (Acessórios e restos). O estilo aforismático é característico de filósofos e pensadores tão diversos quanto, por ex., Nietzsche e Wittgenstein, e reflete, sobretudo, no pensamento moderno e contemporâneo, uma concepção filosófica mais questionadora, provocativa e sugestiva do que propriamente teórica e sistemática.

Amor

Nietzsche retoma dos estóicos a expressão *"amor fati"*, literalmente *"amor do destino"* (implicando tuna idéia de fatalidade), para designar a alegria e o desejo do filósofo por aquilo que deve acontecer: o futuro.

Apolíneo/ apolinismo

Termos criados por Nietzsche e derivados de Apolo, que ele opõe a Dioniso. Segundo Nietzsche, Apolo é o deus da medida e da harmonia, enquanto Dioniso é o deus da embriaguez, da inspiração e do entusiasmo. Apolíneo, diz Nietzsche, significa "contemplativo, que é fonte de harmonia e beleza", enquanto dionisíaco significa "de exaltação trágica e patética da vida". A palavra *apolinismo* designa a contemplação extasiada de um inundo de imaginação e de sonho, do mundo da bela aparência que nos liberta do devir; por sua vez, o *dionisismo* concebe ativamente o devir, sente-o objetivamente como a *"volúpia curiosa do criador"* (Nietzsche).

Dionisíaco

Termo utilizado por Nietzsche, derivado do deus Dioniso, deus da embriaguez, da inspiração e do entusiasmo, para designar a vontade de potência, cujo enfraquecimento podemos encontrar na massa do rebanho: ela é a pulsão fundamental da vida. Contra a moral do pecado, precisamos querer viver, declara Nietzsche, pois é o "instinto" que representa o poder criador da vida. Ao combater a transcendência, defende a idéia de que o homem deve ser ultrapassado num esforço de criação pessoal. Donde a necessidade de uma transmutação dos valores: o bem encontra-se na exaltação do sentimento de poder: o mal, em tudo que o contraria. Oposto a apolíneo.

<u>Aula 14 – Michel Foucault (1926-1984) - verdade e poder</u>

A temática verdade e poder, desenvolvida por Foucault, tem seu desenvolvimento no cenário de plena ditadura militar. O panorama internacional de Guerra Fria (marcado por profunda competição ideológica, política e econômica) faz o filósofo interessar-se pela microfísica dos poderes em jogo nas sociedades modernas.

O poder em Foucault não pode ser localizado numa instituição ou no Estado, visão esta que permeava a época clássica. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano; nem pode possuir um caráter economicista nem contratual, isto é, ser associado a um poder que pode ser possuído e, por conseqüência, transacionado e mantenedor de relações de produção e dominação de classes – visão marxista. Para Foucault, deve-se tratá-lo como relação de forças, estando ele em todas as partes, perpassa os sujeitos até as instituições e das instituições aos sujeitos. O poder confere significado às instituições, porém, estas só o exercem através dos sujeitos que são seus portadores. Não se pode localizar o poder nisto ou naquilo, pois Ele é ação. Foucault desejava com essa nova concepção de poder a busca da quebra da sua centralidade, além de mostrar que Ele não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber.

Foucault ao ir de encontro a essa centralização do poder, encarnado na figura do Estado constitui, a partir de críticas, ofensivas dispersas e descontínuas, utilizando-se da reafirmação de saberes históricos desqualificados e esquecidos. A constituição de um discurso legitimador dos micropoderes formula um novo estatuto epistemológico de conhecimento e entendimento da sociedade. Com seus estudos sobre as prisões, o manicômio, etc.; verifica que existe um conjunto de saberes históricos esquecidos e reputados como desqualificados por apontarem as falhas do projeto de sociedade legitimada pelo discurso científico.

Esse retorno ao saber, não cientificista, permitiu a usa crítica ganhar força; pois encontrou resultados positivos ao se pautar em modelos desprivilegiados de saber. Demonstra a possibilidade de se conhecer a sociedade descartando o discurso científico e se amparando pela visualização do poder nos micros sujeitos históricos.

Como exemplo do que foi proposto no parágrafo anterior, Foucault, em sua dissertação sobre a loucura, conclui que constituição da psiquiatria como ciência deve-se antes ao acúmulo de saber adquirido através das instituições, do que a uma evolução do saber médico sobre a loucura.

Outra forma de se constituir saberes é através de um poder específico, que para Foucault será o poder disciplinar. Se afastando do poder repressor do antigo regime, em que a punição era transformada num espetáculo de pura crueldade, o poder na modernidade projeta luz a essa “escuridão”. A disciplina possibilita o controle, o registro e o acúmulo de saber sobre os indivíduos vigiados, tornado-os dóceis e úteis à sociedade. Faz crescer e aumentar tudo, sobretudo a produtividade, não só âmbito econômico mas também na produção de saber e de aptidões nas escolas, de saúde nos hospitais e de força no exército.Para Foucault a disciplina tem então a função de intensificar efeitos do poder e ampliar a docilidade e a utilidade dos indivíduos.

A idéia de poder em Foucault é a de demonstrar que suas relações não se passam fundamentalmente nem ao nível do direito, nem da violência; nem são basicamente contratuais, nem unicamente repressivas. O poder disciplinar introduz uma concepção positiva de poder.

Episteme

O termo grego episteme, que significa ciência, por oposição a *doxa* (opinião) e a *techné* (arte, habilidade), foi reintroduzido na linguagem filosófica por Michel Foucault com um sentido novo, para designar o "espaço" historicamente situado onde se reparte o conjunto dos enunciados que se referem a territórios empíricos constituindo o objeto de um conhecimento positivo (não-científico). Fazer a arqueologia dessa episteme é descobrir as regras de organização mantidas por tais enunciados.

Genealogia (gr. genealogia)

Em seu sentido corrente, designa o estudo e a definição da filiação de certas idéias. O conceito de genealogia aparece na filosofia com a obra de Nietzsche (Genealogia da moral) como uma forma crítica que questiona a origem dos valores morais e das categorias filosóficas que mascaram esses valores a serviço de interesses particulares. O empreendimento genealógico supõe que valores ou verdades não devam ser considerados em si mesmos, pois só possuem sentido quando ligados à sua origem. Essa origem é derivada. A "genealogia da moral", indo "para além do bem e do mal", utiliza um método de interpretação da hierarquia dos valores, mas invertendo-os: são os fracos e os escravos que dão um sentido aos valores morais. Os atuais valores mascaram sua decadência e sua ausência de querer-viver. O ressentimento e a denegação constituem a base da positividade dos valores. Michel Foucault retoma o método genealógico inaugurado por Nietzsche, mas para investigar os processos de formação dos discursos, sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular. A genealogia passa a ser uma arqueologia dos conjuntos conceituais, que ele considera como um tipo novo de epistemologia histórica, englobando tanto a filosofia, a literatura e as artes quanto os métodos científicos. Esse estudo se distingue da genealogia pelo fato de não procurar as origens e as continuidades históricas, mas de detectar, para uma fase dada, as mais fortes estruturas: as formações culturais deixam de ser consideradas "documentos" e se convertem em "monumentos".

Aula 15 – Sartre (1905-1980) e o existencialismo

“Ser livre não é ter o poder de fazer não importa o quê, é poder ultrapassar o dado para um

futuro aberto”

(Simone de Beauvoir)

“O importante não é o que fazem do homem, mas o que ele faz do que fizeram dele”.

(Sartre)

Principal representante do chamado existencialismo francês, Sartre foi um dos pensadores mais famosos deste século, destacando-se não só como filósofo, mas como romancista, autor de peças teatrais de grande sucesso e militante político. Nasceu em Paris, onde estudou na Escola Normal Superior. Após um período de estudos de fenomenologia c da obra de Heidegger na Alemanha, foi professor de liceu em várias cidades do interior da França, militou na resistência francesa, tendo sido preso pelos alemães, e em 1945 fundou a influente revista *Les temps modernes*, passando a dedicar-se à atividade literária. Sartre foi um dos poucos filósofos importantes de nossa época a não pertencer ao mundo acadêmico. Inicialmente marcado pela fenomenologia de Husserl, à qual dedicou algumas

obras, como *L 'imagination* (A imaginação, 1936), *Esquisse d'une théorie des émotions* (Esboço de uma teoria das emoções, 1939) e *L'imaginaire* (O imaginário, 1940), Sartre desenvolveu em seguida sua filosofia da existência, a partir de uma análise da condição humana, do homem como "um ser em que a existência precede a essência". Para Sartre, cujo pensamento é ateísta, a descoberta do absurdo da vida pelo homem que toma consciência de sua condição de ser finito, marcado pela morte, deve levar à busca de uma justificativa, de um sentido para a existência humana. O existencialismo é assim um humanismo. A consciência é, portanto, o elemento central dessa busca de sentido, e é essa consciência que revela a existência do outro, sem o qual ela não pode existir, já que a consciência só existe através daquilo de que é consciência. Sua principal obra desse período é *L'être et le néant* (O ser e o nada, 1943), que contém o núcleo da filosofia do existencialismo. Sartre defende a liberdade como uma das características mais fundamentais da existência humana. Segundo ele, paradoxalmente, "o homem está condenado a ser livre", e precisa assumir essa liberdade vivendo autenticamente seu projeto de vida — seu engajamento — recusando os papéis sociais que lhe são impostos pelas normas convencionais da sociedade. E assim que "nós somos aquilo que fazemos do que fazem de nós". A partir da década de 60, Sartre aproximou-se da filosofia marxista, passando a considerar o marxismo como "a filosofia insuperável de nosso tempo", sobretudo como pensamento revolucionário comprometido com a transformação da sociedade. Questionou, porém, o materialismo e o determinismo marxistas, continuando a defender o papel central do homem no pensamento filosófico. Sua obra *Critique de La raison dialectique* (Crítica da razão dialética, 1960) inaugura a aproximação entre existencialismo e marxismo. Posteriormente, Sartre retomou os temas mais centrais de seu existencialismo inicial, em sua monumental biografia do romancista francês Flaubert, *L'idiot de la famille* (O idiota da família, 1972), recorrendo à psicanálise para interpretar, através da consideração de um caso concreto, o sentido da existência humana e de um projeto de vida. Dentre suas obras mais importantes destacam-se, além

das já citadas: *L'existentialisme est un humanisme* (O existencialismo é um humanismo, 1946), *Baudelaire* (1947), a autobiografia *Les mots* (As palavras, 1963) e uma dezena de volumes intitulados *Situations* (Situações, 1947-1976) reunindo artigos e ensaios sobre temas diversos. Alguns consideram que a expressão mais significativa do existencialismo sartriano está em sua obra literária: nos romances *La nausée* (A náusea, 1937), *Le mur* (O muro, 1939), coletânea de contos, e *Les chemins de la liberté* (Os caminhos da liberdade, 1944-1949), em 3 volumes; e nas peças teatrais, algumas de grande sucesso, como *Les mouches* (As moscas), em que revive a tragédia clássica de Orestes, e *Huis clos* (Entre quatro paredes).

Existencialismo (fr. existentialisme)

Filosofia contemporânea segundo a qual, no homem, a existência, que se identifica com sua liberdade, precede a essência: por isso, desde nosso nascimento, somos lançados e abandonados no mundo, sem apoio e sem referência a valores; somos nós que devemos criar nossos valores através de nossa própria liberdade e sob nossa própria responsabilidade. Quando Sartre diz que a existência precede a essência, quer mostrar que a liberdade é a essência do homem: "A liberdade do para-si aparece como seu ser." Assim, a filosofia existencialista é centrada sobre a existência e sobre o homem. Ela privilegia a oposição entre a existência e a essência. Quanto ao homem, ele e aquilo que cada um faz de sua vida, nos limites das determinações físicas, psicológicas ou sociais que pesam sobre ele. Mas não existe uma natureza humana da qual nossa existência seria um simples desenvolvimento. O cerne do existencialismo é a liberdade, pois cada indivíduo é definido por aquilo que ele faz. Daí o interesse cios existencialistas pela política: somos responsáveis por nós mesmos e por aquilo que nos cerca, notadamente, a sociedade: aquilo que nos cerca é nossa obra. Como o pensamento filosófico (abstrato e generalizante) não apreende a existência individual, na qual a angústia tem um papel preponderante, o existencialismo abre-se para a literatura e para o teatro, fazendo a filosofia despontar em romances e peças teatrais.

O existencialismo é uma moral da ação, porque considera que a única coisa que define o homem é o seu ato. Ato livre por excelência, mesmo que o homem sempre esteja situado em determinado tempo ou lugar. Não importa o que as circunstâncias fazem do homem, "mas o que ele faz do que fizeram dele". Vários problemas surgem no pensamento sartriano, desencadeados pela consciência capaz de criar valores e, ao mesmo tempo, se responsabilizar por toda a humanidade, o que parece gerar uma contradição indissolúvel. Sartre se coloca nos limites da ambigüidade, pois, se a moral é impossível porque o rigor de um princípio leva à sua destruição, a realização do homem,

da sua liberdade, exige o comportamento moral. Sartre sempre prometeu escrever um livro sobre moral, mas não realizou seu projeto. Uma tentativa nesse sentido foi levada

a efeito por Simone de Beauvoir no livro *Moral da ambigüidade.*

Essencialismo

Doutrina filosófica que confere, contrariamente ao existencialismo, o primado à essência sobre a existência, chegando mesmo, em suas reflexões, a fazer total abstração dos existentes concretos. Trata-se de uma filosofia do ser ideal, que prescinde dos seres reais. A filosofia de Hegel pode ser considerada essencialista.

Na filosofia contemporânea, a essência não define nem revela a natureza do homem. Porque o homem, ao vir a ser, não possui essência, apenas uma condição, uma situação: "a essência do ser-aí (Dasein) consiste apenas em sua existência" (Heidegger); é o homem mesmo quem produz aquilo que ele é, por sua liberdade: ele é projeto, isto é, aquilo que ele é capaz de fazer de si mesmo; nele, "a existência precede a essência" (Sartre).

Fenomenologia - definições

1. Termo criado no séc. XVIII pelo filósofo J.H. Lambert (1728-1777), designando o estudo puramente descritivo do fenômeno tal qual este se apresenta à nossa experiência.

2. Hegel emprega o termo em sua *Fenomenologia do espírito* (1807) para designar o que denomina de *'ciência da experiência da consciência '*, ou seja, o exame do processo dialético de constituição da consciência desde seu nível mais básico, o sensível, até as formas mais elaboradas da consciência de si, que levariam finalmente à apreensão do absoluto.

3.Corrente filosófica, fundada por Husserl, visando estabelecer um método da fundamentação da ciência e de constituição da filosofia como ciência rigorosa. O projeto fenomenológico se define como uma "volta às coisas mesmas", isto é, aos fenômenos, aquilo que aparece á consciência, que se dá como seu objeto intencional. O conceito de intencionalidade ocupa um lugar central na fenomenologia, definindo a própria consciência como intencional, como voltada para o mundo: *"toda consciência e consciência de alguma coisa"* (Husserl). Dessa forma, a fenomenologia pretende ao mesmo tempo combater o empirismo e o psicologismo e superar a oposição tradicional entre realismo e idealismo.

A fenomenologia pode ser considerada unha das principais correntes filosóficas deste século, sobretudo na Alemanha e na França, tendo influenciado fortemente o pensamento de Heidegger e o existencialismo de Sartre, e dando origem a importantes desdobramentos na obra de autores como Merleau-Ponty e Ricouer.

Morte (lat. mors)

1. Em seu sentido filosófico, a morte sempre foi entendida como o desaparecimento ou cessação da existência humana, mas levando a se pensar o sentido da vida. Para Platão. "filosofar é aprender a morrer"; e a imortalidade da alma é "um belo risco a ser corrido". Na filosofia existencial de Heidegger, a morte é o sinal da finitude e da individualidade humana que o homem precisa assumir para escapar da alienação de si e da banalidade do cotidiano: "A morte se desvela como a possibilidade absolutamente própria, incondicional e intransponível". Contudo, "a limitação de nossa existência peia morte e sempre decisiva para nossa compreensão e nossa apreciação da vida". Assim, "este fim que designamos pela morte não significa, para a realidade humana (Dessein), um "ser-terminado", mas um ser para o fim, que é o ser desse existente.

Conceitos: *"Temer a morte. atenienses. não é outra coisa senão acreditar-se sábio, sem sê-lo, pois é crer que sabemos o que não sabemos"* (Platão). *"A crença na necessidade interna da morte não passa de uma das numerosas ilusões que criamos para nos tornar suportável o fardo da existência... no fundo, ninguém acredita em sua própria morte ou. o que dá no mesmo, em seu inconsciente cada um está persuadido de sua própria imortalidade"* (Freud). *"A morte não é um acontecimento da vida. A morte não pode ser vivida"* (Wittgenstein).

Liberdade (lat. libertas)

Condição daquele que é livre. Capacidade de agir por si mesmo. Autodeterminação. Independência. Autonomia.

Em um sentido político, a liberdade civil ou individual é o exercício, por um indivíduo, de sua cidadania dentro dos limites da lei e respeitando os direitos dos outros. *"A liberdade de cada um termina onde começa a liberdade do outro"* (Spencer).

Em um sentido ético, trata-se do direito de escolha pelo indivíduo de seu modo de agir, independentemente de qualquer determinação externa. *"A liberdade consiste unicamente em que, ao afirmar ou negar, realizar ou enviar o que o entendimento nos prescreve, agimos de modo a sentir que, em nenhum momento, qualquer força exterior nos constrange"* (Descartes).

É discutível, do ponto de vista filosófico, se o homem teria realmente a liberdade em um sentido absoluto, dados os condicionamentos biológicos, psicológicos e sociais que o limitam, Kant considera que a liberdade é a ação em conformidade com a lei moral que nos outorgamos a nós mesmos. A liberdade implica assim a responsabilidade do indivíduo por seus próprios atos.

Sartre, em sua perspectiva existencialista, crê que o homem é livre, *"porque somos aquilo que fazemos do que fazem de nós"*. Haveria sempre a possibilidade de escolha a partir da condição em que nos encontramos, porque o homem nunca é um ser acabado, predeterminado. Ainda segundo Sartre, *"não há diferença entre o ser do homem e seu ser livre"*.

Angústia (lat. angustia: estreiteza, aperto, restrição)

Em Kierkegaard, estado de inquietude do existente humano provocado pelo pressentimento do pecado e vinculado ao sentimento de sua liberdade. Em Heidegger, insegurança do existente diante do nada: o sentimento de nossa situação original nos mostra que fomos lançados no mundo para nele morrer. Em Sartre, consciência da responsabilidade universal engajada por cada um de nossos atos: *"A angústia se distingue do medo, porque o medo é medo dos seres do mundo, enquanto a angústia é*

angústia diante de mim".

Aula 16 – Estética

"A arte é uma série de objetos que provocam emoções poética".

(Le Corbusier)

Conceituação: no uso vulgar, em artes, em filosofia

Fazendo um levantamento do uso comum da palavra estética encontramos: Instituto de Estética e Cosmetologia, estética corporal, estética facial etc. Essas expressões dizem respeito à beleza física e abrangem desde um bom corte de cabelo e maquilagem bem feita a cuidados mais intensos como ginástica, tratamentos à base de cremes, massagens, chegando, às vezes, à cirurgia plástica. Encontramos ainda expressões como: senso estético, arranjo de flores estético ou decoração estética. Nelas também está presente a relação com a beleza ou, pelo menos, com o agradável; mas aqui a palavra estética é usada como adjetivo, isto é, como qualidade.

Se continuarmos a procurar, saindo agora do uso comum e entrando no campo das artes, encontraremos expressões como: estética renascentista, estética realista, estética socialista etc. Nesses casos, a palavra estética, usada como substantivo, designa um conjunto de características formais que a arte assume em determinado período e que poderia, também, ser chamado de estilo.

Resta, ainda, outro significado, mais específico, usado no campo da filosofia. Sob o

nome estética enquadramos um ramo da filosofia que estuda racionalmente o belo e o sentimento que suscita nos homens. Assim, tradicionalmente, mesmo em filosofia, a estética aparece ligada à noção de beleza. E é exatamente por causa dessa ligação que a arte vai ocupar um lugar privilegiado na reflexão estética, pois, durante muito tempo, ela foi considerada como tendo por função primordial exprimir a beleza de modo sensível.

Etimologicamente, a palavra estética vem do grego *aisthesis*, com o significado de

"faculdade de sentir", "*compreensão pelos sentidos"*, *"percepção totalizante"*.

A ligação da estética com a arte é ainda mais estreita se considera que o objeto artístico é aquele que se oferece ao sentimento e à percepção. Por isso podemos compreender que, enquanto disciplina filosófica, a estética tenha também se voltado para as teorias da criação e percepção artísticas.

(Dicionnaire de la philosophie, Paris, Larousse, 1982, p. 91).

O belo e o feio: a questão do gosto

O que é a beleza? Será possível defini-la objetivamente ou será uma noção eminentemente subjetiva, isto é, que depende de cada um?

De Platão ao classicismo, os filósofos tentaram fundamentar a objetividade da arte e da beleza. Para Platão, a beleza é a única idéia que resplandece no mundo. Se, por um lado, ele reconhece o caráter sensível do belo, por outro continua a afirmar a sua essência ideal, objetiva. Somos, assim, obrigados a admitir a existência do "belo em si" independente das obras individuais que, na medida do possível, devem se aproximar desse ideal universal.

O classicismo vai ainda mais longe, pois deduz regras para o fazer artístico a partir desse belo ideal, fundando a estética normativa. É o objeto que passa a ter qualidades que o tornam mais ou menos agradável, independente do sujeito que as percebe. Do outro lado da polêmica, temos os filósofos empiristas, como David Hume, que relativizam

a beleza ao gosto de cada um. Aquilo que depende do gosto e da opinião pessoal não pode ser discutido racionalmente, donde o ditado: "Gosto não se discute". O belo, portanto, não está mais no objeto, mas nas condições de recepção do sujeito.

Kant, numa tentativa de superação dessa dualidade objetividade-subjetividade, afirma que o belo é *"aquilo que agrada universalmente, ainda que não se possa justificá-lo intelectualmente"*. Para ele, o objeto belo é uma ocasião de prazer, cuja causa reside no sujeito. O princípio do juízo estético, portanto, é o sentimento do sujeito e não o conceito do objeto. No entanto, há a possibilidade de universalização desse juízo subjetivo porque as condições subjetivas da faculdade de julgar são as mesmas em todos os homens. Belo, portanto, é uma qualidade que atribuímos aos objetos para exprimir um certo estado da nossa subjetividade. Sendo assim, não há uma idéia de belo nem pode haver regras para produzi-lo. Há objetos belos, modelos exemplares e inimitáveis.

Hegel, em seguida, introduz o conceito de história. A beleza muda de face e de aspecto através dos tempos. Essa mudança (devir), que se reflete na arte, depende mais da cultura e da visão de mundo vigentes do que de uma exigência interna do belo.

Hoje em dia, de uma perspectiva fenomenológica, consideramos o belo como uma qualidade de certos objetos singulares que nos são dados à percepção. Beleza é, também, a imanência total de um sentido ao sensível. O objeto é belo porque realiza o seu destino, é autêntico, é verdadeiramente segundo o seu modo de ser, isto é, é um objeto singular, sensível, que carrega um significado que só pode ser percebido na experiência estética. Não existe mais a idéia de um único valor estético a partir do qual julgamos todas as obras. Cada objeto singular estabelece seu próprio tipo de beleza.

O problema do feio está implícito nas colocações que são feitas sobre o belo. Por princípio, o feio não pode ser objeto da arte. No entanto, podemos distinguir, de imediato, dois modos de representação do feio: a representação do assunto "feio" e a forma de representação feia. No primeiro caso, embora o assunto "feio” tenha sido banido do território artístico durante séculos (pelo menos desde a Antiguidade grega até a época medieval), no século XIX ele vem a ser reabilitado.

No momento em que a arte rompe com a idéia de ser "cópia do real" para ser considerada criação autônoma que tem por função revelar as possibilidades do real, ela passa a ser avaliada de acordo com a autenticidade da sua proposta e com sua capacidade de falar ao sentimento. O problema do belo e do feio é deslocado do assunto para o modo de representação. E só haverá obras feias na medida em que forem mal feitas, isto é, que não corresponderem plenamente à sua proposta. Em outras palavras, quando houver uma obra feia - neste último sentido -, não haverá uma obra de arte. Antes de seguirmos adiante, queremos lembrar que o próprio conceito de gosto não deve ser encarado como uma preferência arbitrária e imperiosa da nossa subjetividade.

A subjetividade assim entendida refere-se mais a si mesma do que ao mundo dentro do qual ela se forma, e esse tipo de julgamento estético decide o que nós preferimos em virtude do que somos. Nós passamos a ser a medida absoluta de tudo, e essa atitude só pode levar ao dogmatismo e ao preconceito. A subjetividade em relação ao objeto estético precisa estar mais interessada em conhecer, entregando-se às particularidades de cada objeto, do que em preferir. Nesse sentido, ter gosto é ter capacidade de julgamento sem preconceitos. É a própria presença da obra de arte que forma o gosto: torna-nos disponíveis, reprime as particularidades da subjetividade, converte o particular em universal. A obra de arte *"convida a subjetividade a se constituir como olhar puro, livre abertura para o objeto, e o conteúdo particular a se pôr a serviço da compreensão em lugar de ofuscá-la fazendo prevalecer as suas inclinações. À medida que o sujeito exerce a aptidão de se abrir, desenvolve a aptidão de compreender, de penetrar no mundo aberto pela obra. Gosto é, finalmente, comunicação com a obra para além de todo saber e de toda técnica, O poder de fazer justiça ao objeto estético é a via da universalidade do julgamento do gosto”*.

<u>Aula 17 – Conceitos importantes</u>

Arte (lat. ars: talento, saber fazer) - definições

1. Como sinônimo de técnica, conjunto de procedimentos visando a um certo resultado prático. Nesse sentido, fala-se de artesão. Opõe-se á ciência, conhecimento independente das aplicações práticas, e à natureza concebida como princípio in-terno: "A natureza é princípio da coisa mesma; a arte é princípio em outra coisa." (Aristóteles)

2. Atividade cultural que, tanto no domínio religioso quanto no profano, produz coisas re-conhecidas como belas por um grupo ou por urna sociedade. A arte recorre sempre a uma técnica. Seu fim é o de elaborar uma certa estruturação do mundo, mas criando o belo.

3. Artes liberais: conjunto das "artes" que, na Idade Média, compunham o curso completo dos estudos nas universidades, conduzindo ao domínio das artes e compreendendo o trivium (gramática, retórica, dialética ou lógica) e o quadrivium (aritmética, música, geometria e astronomia).

4. Hegel define a arte como "o meio entre a insuficiente existência objetiva e a representação puramente interior: ela nos fornece os objetos mesmos, mas tirados do interior... limita nosso interesse à abstrata aparência que se apresenta a um olhar puramente contemplativo".

Conhecer (lat: cognoscere)

Apreender direta-mente algo: "Conhecer designa um gênero cujas espécies são constatar, compreender, perceber, conceber etc." *(A. Lalande*).

Conhecimento (do lat. cognoscere: procurar saber, conhecer) - definições

1. Função ou ato da vida psíquica que tem por efeito tornar um objeto presente aos sentidos ou à inteligência.

2. Apropriação intelectual de determinado campo empírico ou ideal de dados, tendo em vista dominá-los e utilizá-los. O termo "conhecimento" designa tanto a coisa conhecida quanto o ato de conhecer (subjetivo) e o fato de conhecer.

3. A teoria do conhecimento é uma disciplina filosófica que visa estudar os problemas levantados pela relação entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido.

Crítica (gr. kritiké: arte de julgar)

1. Juízo apreciativo, seja do ponto de vista estético (obra de arte), seja do ponto de vista lógico (raciocínio), seja do ponto de vista intelectual (filosófico ou científico), seja do ponto de vista de uma concepção, de uma teoria, de uma experiência ou de uma conduta.

2. Atitude de espírito que não admite nenhuma afirmação sem reconhecer sua legitimidade racional. Difere do *espírito crítico*, ou seja, da atitude de espírito negativa que procura denegrir sistematicamente as opiniões ou as ações das outras pessoas.

3. Na filosofia, *a crítica* possui o sentido de análise. Assim, a filosofia crítica designa o pensamento de Kant e de seus sucessores. Suas três obras principais se intitulam: *Crítica da razão pura, Crítica da razão prática e Crítica do juízo*. Nessas obras, a palavra "crítica" tem o sentido de "exame de valor". Do uso kantiano da palavra "critica", deriva o termo "criticismo" que designa a filosofia de Kant.

Cultura (lat. cultura) - definições

1. Conceito que serve para designar tanto a formação do espírito humano quanto de toda a personalidade do homem: gosto, sensibilidade, inteligência.

2. Tesouro coletivo de saberes possuído pela humanidade ou por certas civilizações: a cultura helênica, a cultura ocidental etc.

3. Em oposição a natura (natureza), a cultura possui um duplo sentido antropológico: a) é o conjunto das representações e dos comportamentos adquiridos pelo homem enquanto ser social. Em outras palavras, é o conjunto histórica e geograficamente definido das instituições características de determinada sociedade, designando "não somente as tradições artísticas, científicas, religiosas e filosóficas de uma sociedade, mas também suas técnicas próprias, seus costumes políticos e os mil usos que caracterizam a vida cotidiana" (*Margaret Mead)*; b) é o processo dinâmico de socialização pelo qual todos esses fatos de cultura se comunicam e se impõem em determinada sociedade, seja pelos processos educacionais propriamente ditos, seja pela difusão das informações em grande escala, a todas as estruturas sociais, mediante os meios de comunicação de massa. Nesse sentido, a cultura praticamente se identifica com o modo de vida de uma população determinada, vale dizer, com todo o conjunto de regras e comportamentos pelos quais as instituições adquirem um significado para os agentes sociais e através dos quais se encarnam em condutas mais ou menos codificadas.

4. Num sentido mais filosófico, a cultura pode ser considerada como um feixe de representações, de símbolos, de imaginário, de atitudes e referências suscetível de irrigar, de modo bastante desigual, mas globalmente, o corpo social.

5. *Cultura de massa* é uma expressão, de uso ambíguo, freqüentemente utilizada para designar a possibilidade de uma população ter acesso aos bens e obras culturais produzidos no passado e no presente, seja o processo de degradação.

Democracia (do gr. demos: povo e kratos: poder) - definições

1. Regime político no qual a soberania é exercida pelo povo, pertence ao conjunto dos cidadãos, que exercem o

sufrágio universal. "Quando, na república. o povo detém o soberano poder, temos a democracia" (Montesquieu). Segundo Rousseau, a democracia, que realiza a união da moral e da política, é um estado de direito que exprime a vontade geral dos cidadãos, que se afirmam como legisladores e sujeitos das leis.

2. Democracia direta é aquela em que o poder é exercido pelo povo, sem intermediário; democracia parlamentar ou representativa é aquela na qual o povo delega seus poderes a um parlamento eleito; democracia autoritária é aquela na qual o povo delega a um único indivíduo, por determinado tempo, ou vitaliciamente, o conjunto dos poderes.

3. Geralmente, as democracias ocidentais constituem regimes políticos que, pela separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário, visam garantir e professar os direitos fundamentais da pessoa humana, sobretudo os que se referem à liberdade política dos cidadãos.

Estado (lat. status, de stare: ficar em pé)

A idéia de "estado" implica as idéias de passividade e de imobilismo, sendo oposta à

de ação e (:i de movimento. Na física, o estado de um corpo significa esse corpo em determinado momento. Mas o termo "estado" pode ser tomado em vários sentidos:

1. Estado de consciência: é um fato psíquico (sentimento, emoção) consciente.

2. Estado de natureza: situação, imaginada por certos filósofos (Hobbes e Rousseau), na qual seriam encontrados os homens antes de se organizarem em sociedade — reconstituição hipotética, sem validade histórica.

3. O Estado: conjunto organizado das instituições políticas, jurídicas, policiais, administrativas, econômicas etc., sob um governo autônomo e ocupando um território próprio e independente. E diferente de governar (conjunto das pessoas às quais a sociedade civil delega, direta ou indiretamente, o poder de dirigir o Estado); diferente ainda da sociedade civil (conjunto dos homens ou cidadãos vivendo numa certa sociedade e sob leis comuns); diferente também da nação (conjunto dos homens que possuem um passado e um futuro comuns, entre outras nações), o Estado constitui a emanação da sociedade civil e representa a nação.

4. Para os empiristas Hobbes e Locke, o Estado é o resultado de um pacto entre os cidadãos para evitar a autodestruição através da guerra de todos contra todos.

Na concepção *marxista*, o Estado nada mais é do que a forma de organização que a burguesia se dá no sentido de garantir seus interesses e de manter seu poder ideológico sobre os homens: *"Através da emancipação da propriedade privada da comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular, do lado de fora da sociedade civil; mas ele não é senão a forma de organização que necessariamente os burgueses se deram ... com objetivo de garantir reciprocamente a sua propriedade e seus interesses"* (Marx-

Engels). Este Estado-nação se define pela fusão entre o Estado tal como ele se constitui na Europa do século XVIII, como soberania e administração dos homens e do território que eles ocupam — e uma sociedade civil de tipo novo, caracterizada pela propriedade privada burguesa, tendo por fim a rentabilidade, o lucro e o crescimento das riquezas.

Ética (gr. ethike, de ethikós: que diz respeito aos costumes)

Parte da filosofia prática que tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral (finalidade e sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever, natureza do bem e do mal, o valor da consciência moral etc.), mas fundada num estudo metafísico do conjunto das regras de conduta consideradas como universalmente válidas, Diferentemente da moral, a ética está mais preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme à sabedoria filosófica, em elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre os meios de alcançá-las. A moral está mais preocupada na construção de um conjunto de prescrições destinadas a assegurar uma vida em comum justa e harmoniosa.

Linguagem (do lat. lingua)

1. Em um sentido genérico, pode-se definir a linguagem como um sistema de signos convencionais que pretende representar a realidade e que é usado na comunicação humana. Distinguem-se, em algumas teorias, a língua empírica, concreta (por ex., o português, o inglês etc.) da linguagem como estrutura lógica, formal e abstrata, subjacente a todas as línguas. Teorias como a de Chomsky, por exemplo, buscam nesse sentido a determinação de universais lingüísticos que constituiriam precisamente essa

estrutura. Algumas teorias valorizam mais o aspecto comunicacional da linguagem, considerando que isso define sua natureza; outras definem a linguagem como um sistema de signos cujo propósito é a referência ao real - a representação da realidade.

2. A linguagem torna-se um conceito filosoficamente importante, sobretudo, na medida em que, a partir do pensamento moderno, passa-se a considerá-la como elemento estruturador da relação do homem com o real. A partir daí afirma-se mesmo a natureza intrinsecamente lingüística do pensamento, discussão essa que permanece em aberto ainda hoje na filosofia. Igualmente, uma vez que toda teoria tem necessariamente uma formulação lingüística e se constrói lingüisticamente, o problema da natureza da linguagem e do significado passa a ser de grande importância para a epistemologia.

Política (lat. politicos, do gr. politikós)

Tudo aquilo que diz respeito aos cidadãos e ao governo da cidade, aos negócios públicos.

A filosofia política é assim a análise filosófica da relação entre os cidadãos e a sociedade, as formas de poder e as condições em que este se exerce, os sistemas de governo, e a natureza, a validade e a justificação das decisões políticas. Segundo Aristóteles, o homem é um animal político, que se define por sua vida na sociedade organizada politicamente. Em sua concepção, e na tradição clássica em geral, a política corno ciência pertence ao domínio do conhecimento prático e é de natureza normativa, estabelecendo os critérios da justiça e do bom governo, e examinando as condições sob as quais o homem pode atingir a felicidade (o bem-estar) na sociedade, em sua existência coletiva. *A República* de Platão e a *Política* de Aristóteles estão entre as obras mais famosas da tradição filosófica sobre política, podendo-se incluir ainda *O príncipe* (1512-1513) de Maquiavel, *O leviatã* (1651) de Hobbes, o *Segundo tratado do governo* (1690) de Locke, *O contrato so*cial (1762) de Rousseau, a *Filosofia do direito* (1821) de Hegel, *O capital* (1867) de Marx e Engels, e o *Tratado Sobre a liberdade* (1859) de Stuart Mill, todos considerados obras clássicas na formação da teoria política.

Sociedade (lat. societas)

A sociedade não é um mero conjunto de indivíduos vivendo juntos. em um determinado lugar, mas define-se essencialmente pela existência de uma organização, de instituições e leis que regem a vida desses indivíduos e suas relações mútuas. Algumas teorias distinguem a sociedade, que se define pela existência de um contrato social entre os indivíduos que dela fazem parte, e a comunidade que possui um caráter mais natural e espontâneo.

Trabalho (lat. vulgar tripalium: instrumento de tortura de três paus)

1. Em um sentido genérico, atividade através da qual o homem modifica o mundo, a natureza, de forma consciente e voluntária, para satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, habitação, vestimenta etc.). E através do trabalho que o homem *"põe em movimento as forças de que seu corpo é dotado... a fim de assimilar a matéria, dando-lhe uma forma útil à vida"* (Marx, *O capital*).

2. A partir das teorias econômicas do séc. XVIII, principalmente com Adam Smith (1723-1790), o trabalho torna-se a noção central da economia política, em substituição à concepção clássica de que a riqueza de uma nação consistia no ouro que esta possuía. Assim, na concepção de Marx, o trabalho *"é a condição indispensável da existência do homem. uma necessidade eterna, o mediador da circulação material entre o homem e a natureza"* (*O capital*).

3. Na linguagem bíblica, a idéia de trabalho está ligada à de sofrimento e de punição: "Ganharás o teu pão com o suor do teu rosto" (livro do *Gênese*). Assim, é por um esforço doloroso que o homem sobrevive na natureza. Enquanto os gregos consideravam o trabalho como a expressão da miséria do homem, os latinos opunham o *otium* (lazer, atividade intelectual) ao vil *negotium* (trabalho, negócio). Por sua vez, enquanto para os filósofos modernos o trabalho que nos torna "mestres e possuidores da natureza" (Descartes) foi percebido como o remédio à alienação primeira do homem, na dialética do senhor e do escravo Hegel declara que é por seu trabalho que o escravo encontra sua liberdade e se torna o verdadeiro mestre.

4. A divisão do trabalho, ou seja, a repartição ou separação das tarefas necessárias à sobrevivência de um grupo entre os diversos membros desse grupo, embora já tenha existido nas sociedades pré-industriais, desenvolve-se consideravelmente com o surgimento da sociedade industrial.

Adam Smith foi o primeiro a elaborar uma teoria sobre a repartição dos trabalhadores num espaço dado. Karl Marx deu um alcance filosófico a essa expressão, fazendo dela o fundamento lógico de todas as contradições econômicas do sistema capitalista. A divisão do trabalho atinge seu grau máximo com a *taylorização*, isto é, com a repartição

altamente racional do "trabalho em cadeia", tentando englobar todos os fatores necessários a uma produtividade ótima.

5. Conceitos: *"O trabalho não produz apenas mercadorias, ele se produz a si mesmo e produz o operário como mercadoria, e isto na medida em que produz mercadorias em geral"* (Marx). *"O trabalho positivo, isto é, nossa ação real e útil sobre o mundo exterior, constitui necessariamente a fonte inicial de toda riqueza material"* (Comte).

Verdade (lat. veritas)

1. Classicamente, a verdade se define como adequação do intelecto ao real. Pode-se dizer, portanto, que a verdade é uma propriedade dos juízos, que podem ser verdadeiros ou falsos, dependendo da correspondência entre o que afirmam ou negam e a realidade de que falam.

2. Há, entretanto, várias definições de verdade e várias teorias que pretendem explicar a natureza da verdade. Segundo a teoria consensual, a verdade não se estabelece a partir da correspondência entre o juízo e o real, mas resulta, antes, do consenso ou do acordo entre os indivíduos de uma determinada comunidade ou cultura quanto ao que consideram aceitável ou justificável em sua maneira de encarar o real. A teoria da verdade como coerência considera a verdade de um juízo ou proposição como resultando de sua coerência com um sistema de crenças ou verdades anteriormente estabelecidas, como preservando assim a ausência de contradição dentro do sistema, sendo, portanto, o critério de verdade interno a um sistema ou teoria determinada. Para a teoria pragmática, a verdade de uma proposição ou de um conjunto de proposições se estabelece a partir de seus resultados, de sua aplicação prática, concreta, de sua verificação pela experiência.

3. Verdade necessária: as verdades necessárias são aquelas que não dependem da experiência, mas que são estabelecidas independentemente desta, a priori: por definição, são, portanto, nesse sentido, verdades analíticas.

4. Verdades primeiras são proposições ou enunciados considerados evidentes e indemonstráveis. Ex.: "O todo é maior que suas partes". Sinônimo de princípio ou de axioma. A "verdade primeira" de alguém ou de algum grupo freqüentemente designa uma opinião ou um preconceito que não se submete ao questionamento.

5. Verdades eternas designam, na filosofia escolástica, princípios que constituem as leis absolutas dos seres e da razão, emanadas da vontade divina e que o homem pode descobrir pelo pensamento. São proposições da razão, não de fato. Referem-se, não à existência ou inexistência deste ou daquele ser, mas à vinculação necessária das idéias. Ex.: numa figura de três lados retos, a soma dos ângulos internos é igual a dois ângulos retos; pouco importando se tal figura existe ou não fora de nosso espírito.

6. Conceitos: *"Quem são os verdadeiros filósofos? Aqueles que amam a verdade" (Platão). "Há dois tipos de verdades: as do raciocínio e as de fato. As verdades do raciocínio são necessárias e seu oposto é impossível; e as de fato são contingentes e seu oposto é possível" (Leibniz). "A crença forte só prova a sua força, não a verdade daquilo em que se crê" (Nietzsche). "Não há verdade primeira, só há erros primeiros" (Bachelard).*

<u>> Questões de Filosofia - PENGE 1</u>

- Observação: as respostas devem ter no máximo cinco linhas.

1) Explique, com as suas palavras, o que é a filosofia e qual a sua utilidade.

2) Tendo como ponto de partida a distinção entre instinto e inteligência, comente a afirmação a seguir:

"Uma aranha executa operações que se assemelham às manipulações do tecelão, e a construção das colméias pelas abelhas poderia envergonhar, por sua perfeição, mais de um mestre-de-obras. Mas há algo em que o pior mestre de obras é superior à melhor abelha, e é o fato de que, antes de executar a construção ele a projeta em seu cérebro". (Karl Marx)

3) Aponte as principais características do pensamento mítico.

4) Como é a consciência de si do homem primitivo?

5) Mostre como o mito persiste no homem atualmente.

6) Qual é a função da razão diante do mito?

<u>>Questões de Filosofia - PENGE 2</u>

- Observação: as respostas devem ter no máximo cinco linhas.

1)) Explique em que sentido o aparecimento da filosofia pode ser compreendido a partir de acontecimentos como o advento da escrita, da moeda, da lei e do cidadão.

2) Por que não se pode falar em ruptura total da filosofia com o mito?

3) Contraste as principais características do pensamento mítico com algumas das principais características do pensamento filosófico-científico.

4) O que é *arché*?

5) Explique: *"O ser é, o não ser não é"* (Parmênides de Eléia).

6) Em que consiste a filosofia de Heráclito de Éfeso?

<u>> Questões de Filosofia – PENGE 3.</u>

- Observação: as respostas devem ter no máximo cinco linhas.

1) Caracterize o contexto do surgimento da sofística.

2) Você considera sofistas como Protágoras e Górgias realmente filósofos ou meros mestres de retórica e manipuladores de opiniões? Justifique a sua resposta.

3) Que mudança de enfoque os sofistas promovem na reflexão filosófica, em relação aos pré-socráticos?

4) Qual a contribuição dada pelos sofistas ao desenvolvimento do pensamento e da cultura gregos?

5) Como podemos situar Sócrates nesse mesmo contexto do séc. V a.C. em oposição aos sofistas?

6) O que significa a *maiêutica* socrática?.

<u>Questões de Filosofia - PENGE 4.</u>

- Observação: as respostas devem ter no máximo cinco linhas.

1) Algumas questões sobre o universo (como a forma da Terra, o tamanho, o movimento e as posições relativas aos astros, a formação das nuvens, dos ventos, etc.) nasceram "filosóficas" e se tornaram "científicas". Mas outras questões sobre o universo talvez ainda continuem "filosóficas", como as questões da sua própria origem. Por quê?

2) Existe alguma diferença fundamental entre essas questões, diferença essa que teria permitido a cisão atual entre assuntos "filosóficos" e assuntos "científicos"? Justifique a sua resposta.

3) Como Platão descreve a realidade na Alegoria da Caverna?

4) Tendo como base a Alegoria da Caverna, qual o sentido da missão político-pedagógica do filósofo?

5) O pensamento platônico tem como base a teoria dos dois mundos: o mundo sensível e o mundo inteligível. Caracterize-os.

6) O que você acha da filosofia como exercício, como ginástica do espírito, como jogo aberto, como procura da verdade? Partimos da verdade ou caminhamos para ela?

<u>> Questões de Filosofia – PENGE 5</u>

- Observação: as respostas devem ter no máximo cinco linhas.

1) Quais as características principais da filosofia de Aristóteles?

2) Qual é o problema central da filosofia cristã?

3) Em que sentido a filosofia de Santo Agostinho pode ser entendida como um "platonismo cristão"?

4) Segundo Santo Tomás de Aquino, quais são as cinco provas da existência de Deus?

5) Em sentido histórico, chama-se filosofia cristã a filosofia que, influenciada pelo cristianismo, predominou no ocidente, principalmente na Europa, no período que vai do século I ao século XIV. Tal filosofia é composta por dois períodos. Quais são eles?

6) Comente: "Quando, com a oração de Josué, o Sol parou, a fim de ele concluir vitoriosamente o combate, o Sol estava parado, mas o tempo caminhava. Este espaço de tempo foi o suficiente para executar e para pôr termo ao combate. Vejo portanto que o tempo é uma certa distenção" (Santo Agostinho, *Confissões* – Livro XI).

<u>>Questões de Filosofia - PENGE 6</u>

- Observação: as respostas devem ter no máximo cinco linhas.

1) Qual é a preocupação central da reflexão filosófica do século XVII?

2) O que é a dúvida metódica para Descartes?

3) Explique por que a doutrina de Descartes é racionalista.

4) Qual é a corrente filosófica do período moderno a que o racionalismo se contrapõe?

5) Explique a teoria de afecções entre os corpos, segundo Espinosa.

6) De que modo a filosofia nos torna "mestres e possuidores da Natureza"?

> Questões de Filosofia - PENGE 7

- Observação: as respostas devem ter no máximo cinco linhas.

1) Explique o que é juízo sintético e juízo analítico, segundo Kant.

2) Segundo Hegel, o que ensina a dialética?

3) Defina: materialismo dialético e materialismo histórico.

5) Que tipo de crítica Nietzsche faz à moral tradicional?

6) Explique: "A existência precede a essência".